

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Rodrigo Sant´ana Nogueira

**OS IMPACTOS DA CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE
ITUMBIARA NOS MUNICÍPIOS DE ARAPORÃ/MG E ITUMBIARA/GO**

**Taubaté – SP
2016**

Rodrigo Sant´ana Nogueira

**OS IMPACTOS DA CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE
ITUMBIARA NOS MUNICÍPIOS DE ARAPORÃ/MG E ITUMBIARA/GO**

Dissertação apresentada para obtenção do Título de Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Planejamento e Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Ademir Pereira dos Santos.

**Taubaté – SP
2016**

RODRIGO SANT'ANA NOGUEIRA

**OS IMPACTOS DA CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE ITUMBIARA
NOS MUNICÍPIOS DE ARAPORÃ/MG E ITUMBIARA/GO**

Dissertação apresentada para obtenção do Título de Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté.
Área de Concentração: Planejamento e Desenvolvimento Regional.

Data: _____

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. _____ Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Assinatura _____

Dedico esse trabalho à minha esposa, Graziela, à minha filha, Sofia, ao meu pai e minha mãe e a todos os barrageiros que buscaram o sonho de uma vida melhor na construção da UHI.

AGRADECIMENTOS

Aos professores do Programa de Mestrado da UNITAU, por ajudarem no desenvolvimento deste trabalho. Em especial ao meu orientador, Prof. Dr. Ademir Pereira dos Santos.

Aos colegas da Fundação de Ensino Superior de Goiatuba (FESG), pelo companheirismo durante essa jornada.

A todas as pessoas da minha família, que compreenderam a minha ausência durante esse curso.

“A plenitude da atividade humana é alcançada somente quando nela coincidem se acumulam, se exaltam e se mesclam o trabalho, o estudo e o jogo; isto é, quando nós trabalhamos, aprendemos e nos divertimos, tudo ao mesmo tempo... É o que eu chamo de ócio criativo, uma situação que, segundo eu, se tornará cada vez mais difundida no futuro.” – DE MASI, Domenico.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar quais os impactos da construção da barragem e da Usina Hidrelétrica de Itumbiara/GO (UHI), realizada entre 1974 a 1980, para os municípios de Itumbiara/GO e Araporã/MG, considerando como parâmetro a contribuição da UHI para a qualidade de vida, desenvolvimento social e impacto ambiental na região. A pertinência temática reside no fato de que a construção da UHI interveio de forma contundente no contexto urbano e regional onde se encontram os dois principais núcleos que deram suporte à construção da barragem naquele ponto do Rio Paranaíba, qual seja a divisa natural dos estados de Goiás e Minas Gerais. A UHI promoveu certo desenvolvimento urbano e industrial na região coerente com a mentalidade desenvolvimentista da década de 1960, o qual tem se adequado às transformações das décadas seguintes, questão esta que necessita ser compreendida e avaliada. Neste sentido, este trabalho busca analisar a dinâmica econômica e social a partir dos parâmetros do desenvolvimento, considerando a Cidadania e a Qualidade de Vida como degraus que alcançam o Planejamento e o Desenvolvimento Regional. Para o desenvolvimento deste, serão utilizadas fontes iconográficas como fotografias e cartografias, documentos fundamentais para atestar e avaliar as relações e as implicações espaciais. Com este trabalho, foi possível reunir elementos que possibilitaram identificar as características da dinâmica econômica, social e urbana geradas ou associadas à construção e funcionamento da UHI, contribuindo assim para o futuro planejamento e desenvolvimento das cidades de Itumbiara/GO e Araporã/MG e fundamental para a qualidade de vida e desenvolvimento social local.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional. Usina Hidrelétrica de Itumbiara. Qualidade de vida.

ABSTRACT

This study aims to analyze which of dam construction impacts and Hydroelectric Plant Itumbiara / GO (UHI), held between 1974 and 1980 to the municipalities of Itumbiara / GO and Araporã / MG, considering as a parameter the contribution of UHI to the quality of life, social development and environmental impact on the region. The thematic relevance lies in the fact that the construction of UHI intervened forcefully in the urban and regional context where the two main centers that supported the dam construction at that point in Rio Paranaíba, which is the natural border of Goiás states and Minas Gerais. The UHI promoted certain urban and industrial development in the region consistent with the developmentalist mentality of the 1960s, which has been adapted to changes in the following decades, an issue that needs to be understood and evaluated. In this sense, this work aims to analyze the economic and social dynamics from the development parameters, considering Citizenship and life quality as steps to reach the Planning and Regional Development. To develop this, supplies will be used as iconographic photographs and cartography, key documents to certify and evaluate the relationships and spatial implications. With this work, it was possible to gather elements that made it possible to identify the characteristics of the economic dynamics, social and urban generated or associated with the construction and operation of the UHI, thus contributing to the future planning and development of cities of Itumbiara / GO and Araporã / MG and fundamental the quality of life and social development site.

Keywords: Regional development. Hydroelectric plant of Itumbiara. Quality of life.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Impactos da hidrelétrica	34
Figura 2 – Fatores que afetam a qualidade de vida	40
Figura 3 – Localização de Itumbiara em Goiás.	53
Figura 4 – Localização de Araporã em Minas Gerais	54
Figura 5 – Alojamentos Provisórios em Araporã/MG.....	62
Figura 6 – Casa da Vila de Itumbiara	63
Figura 7 – Casa da Vila de Araporã	63
Figura 8 – Residência original da Vila do Porto dos Barreiros	66
Figura 9 – Visão Geral da Vila de Araporã/MG	70
Figura 10 – Visão Geral da Vila de Itumbiara/GO	71
Figura 11 – Vista Geral antes da recolocação da Ponte Pênsil Affonso Pena.....	73
Figura 12 – Processo de recolocação da Ponte Pênsil Affonso Pena.....	73
Figura 13 – Boletim Informativo de Furnas	77
Figura 14 – Construção da Estação de Tratamento de Água em Araporã.	78
Figura 15 – Construção da Estação de Tratamento de Água em Itumbiara/GO	78
Figura 16 – Construção do Ambulatório Médico em Itumbiara/GO	80
Figura 17 – Hotel construído em Itumbiara/GO.....	82
Figura 18 – Construção do Aeroporto da Vila de Itumbiara/GO	84
Figura 19 – Construção do Clube em Itumbiara/GO	86
Figura 20 – Documento de Inauguração do Campo de Futebol na Vila de Itumbiara/GO.....	87
Figura 21 – Jogo de inauguração do Campo de Futebol na Vila de Itumbiara/GO ...	87
Figura 22 – Comportas abertas da UHI.....	89
Figura 23 – Usina Hidrelétrica de Itumbiara/GO.....	90
Figura 24 – Ponte Pênsil Affonso Pena Itumbiara/GO	91
Figura 25 – Regiões Turísticas do Estado de Goiás. Fonte: (AGETUR, 2008).....	92
Figura 26 – Antigo Hotel de Itumbiara/GO atualmente sede da prefeitura Municipal	95
Figura 27 – Aeroporto de Itumbiara/GO	95

LISTA DE QUADROS

Quadro 2 – Estratégias para impulsionar o desenvolvimento regional.....	25
Quadro 3 – Classificação dos indicadores	28
Quadro 4 – Classificação dos indicadores sociais	28
Quadro 5 – Definições de Lazer.....	43
Quadro 6 – Quadro de salvamento de espécies durante a inundação do reservatório na área de refúgio	76

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Leis de proteção ambiental antes da construção da UHI.....	35
Tabela 2 – Relação do Desenvolvimento Regional e Lazer	45
Tabela 3 – Elementos do Turismo	48
Tabela 4 – Número de Imóveis por Municípios e Vilas atingidas no Estado de Goiás	59
Tabela 5 – Número de Imóveis por Municípios e Vilas atingidas no Estado de Minas Gerais.....	59
Tabela 6 – Área total e área inundada dos Municípios da região atingida	61
Tabela 7 – Quantitativo populacional da cidade de Itumbiara/GO após a sua emancipação.....	64
Tabela 8 – Quantitativo populacional da cidade de Tupaciguara/MG antes da emancipação de Araporã/MG.....	65
Tabela 9 – Quantitativo populacional da cidade de Araporã/MG	67
Tabela 11 – Evolução PIB per capita Araporã-MG no Período de 2000-2010.....	68
Tabela 12 – Evolução do PIB brasileiro entre 1940/1980.....	97

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Áreas atingidas pela elevação do Reservatório de Itumbiara/GO	60
Gráfico 2 – Variação da população de Itumbiara/GO de 1950 a 2010	65
Gráfico 3 – Variação da população de Tupaciguara/MG de 1950 a 190	66
Gráfico 4 – Número de empregados na construção da UHI período de 1971 a 1982	72
Gráfico 5 – Número de Agências de turismo em Itumbiara/GO.....	93
Gráfico 6 – Comparativo do (IFDM) entre Itumbiara/GO e Araporã/MG.....	94

LISTA DE SIGLAS

AGETUR	Agência Estadual de Turismo Estado de Goiás
CF/1891	Constituição da República Federativa do Brasil de 1891
CF/34	Constituição da República Federativa do Brasil de 1934
CF/88	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CMB	Comissão Mundial de Barragens
CNDU	Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano
FESG	Fundação de Ensino Superior de Goiatuba
FIRJAN	Federação de Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFDM	Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal
ILES	Instituto Luterano de Ensino Superior de Itumbiara/GO
IQV	Índice de Qualidade de Vida
PIB	Produto Interno Bruto
PND I	Plano Nacional de Desenvolvimento Um
PND II	Plano Nacional de Desenvolvimento Dois
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SANEAGO	Saneamento de Goiás S.A
SENAI/GO	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Estado de Goiás
SERFHAU	Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
ULBRA	Universidade Luterana do Brasil
UNITAU	Universidade de Taubaté

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Problema	19
1.2 Objetivos	19
1.2.1 Objetivo geral	19
1.2.2 Objetivos específicos.....	19
1.3 Delimitação do estudo	20
1.4 Relevância do estudo	20
1.5 Organização do trabalho	21
2 REVISÃO DA LITERATURA.....	23
2.1 As cidades barrageiras.....	23
2.2 O desenvolvimento urbano e regional.....	24
2.3 Dos indicadores de desenvolvimento	27
2.4 As Constituições Econômicas e o contexto constitucional da construção de Furnas	29
2.5 Das teorias do desenvolvimento regional.....	31
2.5.1 O Desenvolvimento e a construção de barragens.....	33
2.6 Da proteção ambiental ao direito sustentável.....	35
2.6.1 O Direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo	37
2.6.2 Da inserção da indústria e a desapropriação por interesse social	38
2.7 Do processo de industrialização e a qualidade de vida.....	39
2.8 A saúde e o meio ambiente	41
2.8.1 A qualidade do meio ambiente	42
2.8.2 Da inserção da estrutura de lazer	43
2.8.3 Do lazer e o desenvolvimento local.....	45
2.8.4 Capital Natural, o Lazer e Desenvolvimento	46
2.8.5 Capital Físico, Lazer, Bens e Desenvolvimento	48
2.8.6 Capital Humano, Lazer e Desenvolvimento	49
2.8.7 Capital Social, Lazer e Desenvolvimento	50

3 METÓDO.....	52
3.1 Caracterização da pesquisa	52
3.2 Área de realização da pesquisa, coleta e tratamento de dados	53
3.3 Procedimento para análise documental	56
4 RESULTADOS.....	57
4.1 Áreas atingidas pelo reservatório da Usina de Itumbiara/GO.....	58
4.2 Do impacto populacional da UHI nos municípios de Itumbiara/GO e Tupaciguara/MG.....	62
4.3 Da reestruturação urbana de Itumbiara/GO e o isolamento geográfico de Araporã/MG.....	69
4.4 Do impacto ambiental em Itumbiara/GO e Araporã/MG	75
4.5 Do impacto na qualidade de vida nos municípios de Itumbiara/GO e Araporã/MG	77
4.6 Da estrutura hoteleira inserida em Itumbiara/GO	81
4.7 Da inserção de estrutura de lazer no município de Itumbiara/GO.....	85
4.8 Do capital que favorece o turismo nos Municípios de Itumbiara/GO e Araporã/MG	89
4.9 Dos indicadores de desenvolvimento em Itumbiara/GO e Araporã/MG	93
4.10 Dos bens de Furnas doados a prefeitura de Itumbiara/GO e Araporã/MG.....	94
4.11 Os objetivos desenvolvimentista do PND I e II foram atingidos?.....	96
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	98

1 INTRODUÇÃO

No contexto histórico brasileiro, a produção e o consumo de energia elétrica se intensificaram a partir de 1950. De acordo com Abreu e Azevedo (2009, p.38), isso se deu com o aumento da importação de eletrodomésticos e pelo anseio nacional à industrialização.

É importante destacar que entre 1900 a 1960 as empresas privadas nacionais e os grupos estrangeiros controlavam a maior parte do setor elétrico brasileiro. Abreu e Azevedo (2009, p.47) ressaltam que a capacidade em MW gerada até a década de 60 era insuficiente para sustentar o crescimento industrial do país, chamando a atenção do então presidente Juscelino Kubitschek (JK). Em seu governo, JK construiu a refinaria Duque de Caxias, e as hidrelétricas de Três Marias e Furnas (sendo esta última localizada em Minas Gerais), aumentando a potência total instalada de 3 milhões de kW, em 1954, para 4,7 milhões no final do quinquênio.

Dando seguimento a ideia do governo de Getúlio Vargas, o governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira foi marcado pelo seu slogan “cinquenta anos em cinco”, que tinha como objetivo principal desenvolver o país por meio de investimento em cinco áreas: Energia, Transporte, Indústria de base, Alimentação e Educação (SANTOS, 2006).

A criação da Centrais Elétricas Brasileiras foi proposta no governo de Getúlio Vargas, mas somente em 25 de abril de 1961, no governo de Jânio Quadros, a União foi autorizada a construir a ELETROBRÁS, através da Lei 3.890-A/61:

Art. 1 ° Fica a União autorizada a constituir, na forma desta lei, uma sociedade por ações que se denominará Centrais Elétricas Brasileiras S.A., e usará a abreviatura ELETROBRÁS para a sua razão social.

Art. 2 ° A ELETROBRÁS terá por objeto a realização de estudos, projetos, construção e operação de usinas produtoras e linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como a celebração dos atos de comércio decorrentes dessas atividades. (BRASIL. Lei 3.890-A/61 de 25 de abril de 1961).

A ação intervencionista do Estado nesse momento de desenvolvimento do Brasil foi de suma importância, pois a combinação da ação estatal e ação com a

empresa privada nacional e o capital estrangeiro foi à fórmula usada para o grande crescimento do país na segunda metade da década de 1950.

Entre o início da década de 1950, anos marcados pelo período pós-guerra, e o ano de 1962, ano em que foi aprovada pelo congresso a criação da Eletrobrás, o modelo brasileiro de desenvolvimento econômico sofreu profundas alterações ao privilegiar a participação do Estado em funções produtivas e financeiras. No setor elétrico, as empresas estatais aumentaram sua participação na capacidade instalada de forma expressiva. Em 1952, a capacidade de geração de energia elétrica de empresas públicas correspondia a apenas 6,8% do total instalado. Em 1962 a participação já era de 31,3% e, em 1964, é inaugurada a maior hidrelétrica do Brasil – a Usina Hidrelétrica de Furnas – e em 1965 a participação do setor público na capacidade de geração superava a metade do total, atingindo 54,6%. (SILVA, 2011, p. 48).

A origem do Sistema Furnas foi marcado historicamente pela construção da Usina de Furnas, pelo Decreto-Lei n.º 41.066/57, e com a finalidade de aproveitar o potencial hidráulico do rio Grande no trecho das corredeiras de Furnas, em Minas Gerais. O objetivo então era o de solucionar a crise energética na Região Sudeste; sendo que, posteriormente, o governo federal tornou-se o maior acionista de Furnas que, em 1962, passou a subsidiária da ELETROBRÁS.

No âmbito regional, o sistema ELETROBRÁS ficou dividido da seguinte maneira, conforme dispõe a Lei 5.889/73 em seu artigo 2º:

Art. 2º São consideradas subsidiárias da ELETROBRÁS de âmbito regional:
 I - Centrais Elétricas do Sul do Brasil S. A. - ELETROSUL, com atuação nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná;
 II - FURNAS - Centrais Elétricas S. A., com atuação no Distrito Federal e nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Guanabara, Espírito Santo, Goiás e Mato Grosso [...];
 III - Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF, com atuação nos Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão; IV - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A. – ELETRONORTE, com atuação nos Estados de Goiás, Mato Grosso, [...] Parágrafo único. Poderão ser consideradas, por decreto, como de âmbito regional, outras subsidiárias da ELETROBRÁS, bem como promovida a redivisão das áreas de atuação de cada uma delas. (BRASIL. Lei 5.889/73 de 05 de julho de 1973).

Pode-se afirmar que a construção de quase todo sistema energético no Brasil esteve condicionada ao “Milagre Brasileiro” compreendido entre os anos de 1968 a 1974, marcado pela ideia desenvolvimentista inserida pelo “binômio político-ideológico de segurança e desenvolvimento” concebido pelo Plano Nacional de Desenvolvimento, o PNDI (1972-1974) (SANTOS, 2006).

Neste contexto, vale destacar a Ditadura Militar, marcada por fases distintas tanto na economia quanto na evolução do setor elétrico. Entre 1964 a 1967, segundo Silva (2011), houve um enxugamento das finanças públicas gerando um equilíbrio na economia. Já durante o período do “Milagre Econômico”, compreendido entre 1968-1973, a economia se consolidou e o setor elétrico se expandiu vertiginosamente. O autor ainda ressalta que, entre 1974 a 1985, houve um exaurimento do modelo de crescimento, gerando infrutíferas tentativas de ajuste econômico de 1980 a 1984.

A Eletrobrás, por sua vez, foi a empresa estatal encarregada de fomentar a política da indústria elétrica do PND II, criando um plano de longo prazo de expansão do setor. Esse plano foi batizado de “Plano 90”, e, de acordo com Lima (1995, p.121), este plano:

[...] estimava que o crescimento do consumo de energia elétrica seria superior a 12% ao ano entre 1975 e 1980 e por volta de 10% ao ano no período 1980-1990. Essa projeção estava apoiada na premissa de que o PIB cresceria, pelo menos, 9% ao ano no período 1974-1990 (LIMA, 1995, p. 121).

Para atender o mercado, tinha-se a projeção de expandir a capacidade instalada de geração de 17.500 MW em 1974 para 30.000 MW ao final da década de 1980 (SILVA, 2011). Assim, ocorreu a construção de Itaipu, bem como estavam previstas as construções de usinas de grande porte como Tucuruí, Itaparica, Sobradinho, Paulo Afonso IV nas regiões Norte-Nordeste, Foz do Areia, Salto Santiago e Ilha Grande na região Sul e Itumbiara, Emborcação e Porto Primavera na região Sudeste.

Com o reflexo desse “milagre econômico” brasileiro temos atualmente o Parque Gerador da Usina Hidrelétrica de Itumbiara, que é a maior usina em operação do Sistema Furnas. Tal construção teve início no ano de 1974, final do PND I, e na época de sua inauguração, em 1981, contava com as unidades geradoras consideradas maiores do mundo até então, representando um reconhecido avanço tecnológico no país.

A construção de uma usina hidrelétrica demanda, necessariamente, profissionais das mais variadas áreas do conhecimento, ao longo das diversas fases que um projeto de tal grandeza atrai. Não somente na construção, mas também na

operacionalização, e após o início das atividades, exigem-se profissionais qualificados. Este cenário viabilizou a implantação de vilas operárias provisórias e permanentes, além de um sistema de circulação, entre outras benfeitoras para facilitação da mão-de-obra operária acessível, contribuindo, a esta época, para o aumento da população em zonas urbanas (TSUKUMO, 1994).

O Planejamento e a execução da construção da Usina Hidroelétrica de Itumbiara passaram por várias etapas, sendo que uma delas corresponde a construção de duas Vilas Residenciais para moradia dos operários, sendo necessária a construção de duas vilas residenciais uma provisória e uma definitiva.

A vila provisória serviria de moradia para os operários das empreiteiras (apelidados de “pião barrageiro”) que seriam contratados temporariamente para trabalharem na execução dos diversos serviços da construção da barragem. Estes trabalhadores vieram de vários estados brasileiros, pois a cidade local não tinha mão de obra suficiente e especializada, necessária para a construção da barragem.

A outra vila, em caráter definitivo, além de abrigar os empregados efetivos da empresa Furnas durante a construção da barragem serviria como moradia para os empregados que cuidariam da Operação e Manutenção da Usina para seu pleno funcionamento, ou seja, os engenheiros, supervisores, mecânicos e operadores de usina e subestação.

Assim, a vila definitiva foi construída na cidade de Itumbiara-GO, localizada a uma distância de quatorze quilômetros do local da construção da Usina; e a Vila provisória na cidade de Araporã/MG, na época distrito da cidade de Tupaciguara/MG (segundo dados do IBGE), e que se localizava a oito quilômetros do local da construção, com a finalidade de abrigar os operários das empreiteiras.

Vale destacar que as vilas residenciais foram construídas com toda a infraestrutura de rede de esgoto, rede de água potável (com tratamento próprio), iluminação, asfalto, ambulatório, hotel, casa de visita, praça, clube com piscina e campo de futebol, necessárias para a manutenção das vilas.

Nesse sentido, pretende-se com esse trabalho analisar qual o impacto na qualidade de vida e ambiental, nos municípios de Itumbiara/GO e Araporã/MG, em razão da construção da UHI, além de entender o atual estágio de desenvolvimento dos municípios, bem como a situação destes antes da construção da UHI.

1.1 Problema

O presente estudo, que objetiva tratar dos impactos causados nos municípios de Itumbiara-GO e Araporã-MG pela construção da UHI, busca responder a seguinte problemática: Quais e como foram os impactos ocasionados pela construção da Usina Hidrelétrica de Itumbiara nos Município de Itumbiara/GO e Araporã/MG, considerando os 53 anos compreendidos entre a criação do sistema Furnas até os dias atuais?

Partindo deste problema, este trabalho parte da hipótese de que houve e ainda há implicações diretas na organização do espaço, na distribuição de renda e nos investimentos públicos e privados locais, pois os municípios envolvidos tiveram um redirecionamento espacial e uma reestruturação principalmente em virtude da inserção de equipamentos e infraestrutura.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo geral deste trabalho é analisar os impactos da implantação da barragem e da Usina Hidrelétrica de Itumbiara/GO (UHI), realizada de 1974 a 1980, para os municípios de Itumbiara/GO e Araporã/MG, considerando como parâmetro a contribuição da UHI para a qualidade de vida e o desenvolvimento social desta região, bem como os impactos ambientais ocasionados pela sua construção.

1.2.2 Objetivos específicos

Na busca em atingir o objetivo geral, confirmando ou não a problemática levantada, há de se buscar os seguintes objetivos específicos:

- Identificar a infraestrutura das áreas inundadas pela construção da barragem da Usina hidrelétrica de Itumbiara;
- Verificar, através de indicadores sociais, de que forma ocorreu o desenvolvimento social dos Municípios de Itumbiara/GO e Araporã/MG;

- Analisar a questão da divisa natural dos estados de Goiás e Minas Gerais, principalmente após a realocação da Ponte Pênsil Affonso Pena;
- Estudar e conhecer a organização do canteiro, bem como a distribuição dos equipamentos urbanos;
- Analisar a infraestrutura atribuída aos municípios envolvidos, como aeroporto, hotéis, estradas, clube, ponte, vilas residenciais e saneamento, através da análise dos dados e informações obtidas durante a pesquisa;
- Verificar de que forma a UHI desenvolveu os municípios envolvidos de acordo com as Metas dos Planos de Desenvolvimento que a geraram.

1.3 Delimitação do estudo

Este estudo será delimitado temporalmente, pois tem como referência o ano de criação da Eletrobrás e Sistema Furnas em 1963 até os dias atuais; e de maneira espacial, posto que objetiva tratar dos impactos gerados pela UHI principalmente nos municípios de Araporã-MG e Itumbiara-GO, os quais estão ligados de maneira direta com a implantação e funcionamento da Usina.

1.4 Relevância do estudo

A pesquisa aqui apresentada se torna relevante pela contribuição social e acadêmica trazida pelo estudo deste tema, que ainda é escasso em materiais de pesquisas; sob a perspectiva dos impactos causados nos municípios de Araporã/MG e Itumbiara/GO através da construção da Usina Hidrelétrica de Itumbiara. Neste sentido, a pesquisa busca analisar como a construção da UHI interveio de forma contundente no contexto urbano e regional onde se encontram os dois principais núcleos urbanos que deram suporte para a construção da barragem, que é a divisa natural dos estados de Goiás e Minas Gerais.

Além disso, este trabalho justifica-se pela relevância de avaliar a efetiva contribuição da UHI para o desenvolvimento industrial; bem como os impactos e a transformação do espaço urbano com a criação de novos bairros que comportassem a vinda dos barrageiros para o município de Itumbiara. Com isso, busca-se contribuir

com pesquisas relacionadas desde o início das obras, organização do canteiro, equipamentos urbanos e a infraestrutura (aeroporto, hotéis, estradas, avenidas, ruas, clube, ponte, vilas residenciais, bem como o saneamento básico).

A presente pesquisa contribui ainda com material de estudo sobre a estruturação espaço-demográfica para receber a nova Usina Hidrelétrica, bem como todas as pessoas envolvidas neste empreendimento. Cumpre ressaltar que houve também uma estruturação social e econômica dos municípios de Araporã-MG e Itumbiara-GO, visando demonstrar os impactos nos comércios e indústrias locais, no PIB, renda e salários da região.

1.5 Organização do trabalho

A pesquisa será realizada em periódicos, artigos, livros, revistas e jornais que tratam do tema, e será apresentada por meio de indicadores sociais e econômicos e análises quantitativas, bem como gráficos, tabelas e fotos que mostram o desenvolvimento dos municípios envolvidos e da construção da UHI.

Além disso, o presente estudo está organizado em 05 fases, as quais compreendem:

Primeira fase: Levantamento legal e teórico para estabelecer em qual período histórico está inserida a construção da Usina Hidrelétrica de Itumbiara;

Segunda fase: Breve caracterização de cada um dos municípios envolvidos, bem como o levantamento bibliográfico, que abordam os eixos desenvolvimentistas ligados à construção da indústria;

Terceira fase: Organização dos critérios a serem seguidos para a realização da coleta de dados assim como o material pertinente, bem como o método e a forma que será feita a pesquisa nos Municípios de Itumbiara/GO e Araporã/MG;

Quarta fase: O Resultado da discussão que tem como escopo analisar o impacto da construção da Usina Hidrelétrica de Itumbiara nos municípios de Itumbiara/GO e Araporã/MG por meio de indicadores sociais e levantamento fotográfico;

Quinta fase: As Considerações finais e porventura as eventuais afirmações ou críticas sobre o estudo realizado seguido das referências bibliográficas.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 As cidades barrageiras

A interiorização e implantação de cidades no Brasil é uma prática que remete ao século XX, se potencializando na década de 1950 por meio da construção de Brasília, nova capital da República, a qual passou a ser a versão mais divulgada e enfatizada da produção do urbanismo. Alguns autores como Santos (1988), Segawa (1998) e Leme (1999) ressaltam esta questão, que é constatada quando se verifica a pouca atenção dada às demais cidades planejadas.

Neste sentido, as cidades barrageiras nascem nas vilas dos operários empregados para construção da UHI, como é o caso de Araporã/MG, apesar de estarem inseridas no plano desenvolvimentista do Brasil. Estas cidades têm origem no planejamento urbano brasileiro, que em 1964, era feito pelo SERFHAU (Serviço Federal de Habitação e Urbanismo). Com a aceleração da economia promovida pelo PND I e II, as empresas estatais criaram escritórios especializados e aperfeiçoaram profissionais de diversas áreas para atuar em planejamento urbano, projetos, construção e assessorias em diversos setores, mediante o estímulo governamental, primeiro do Plano de Metas, depois pela criação do SERFHAU.

As cidades barrageiras estão diretamente ligadas à construção da vila operadora que se integra ao setor de energia elétrica, ou seja, resulta de projetos de construção de Usinas Hidrelétricas que se originam de cronogramas pré-determinados de ocupação (GONÇALVES e OESTREICH, 1985).

O termo “barrageiro” está vinculado aos trabalhadores da construção das Usinas Hidrelétricas, mais especificamente o da construção de barragens e de toda sua linha de transmissão. Barrageiro, definido pelo CESP (1988):

[...] é a designação geral da pessoa que desempenha alguma atividade ligada à construção de barragens. Embora a palavra, em seu sentido estrito, seja associada apenas ao trabalhador do canteiro de obras de uma usina, tal limitação de significado não condiz com o sentimento das pessoas que estão direta ou indiretamente envolvidas com a vida nas barragens. Médicos, assistentes sociais, administradores, profissionais da comunicação, enfim todo tipo de profissional que tenha vivido em função do erguimento de uma barragem é reconhecido como barrageiro. (CESP, 1988, p.28).

A importância de cidade-empresa em regiões que apresentavam uma escassa ocupação urbana é apresentada como um processo da ampliação da rede urbana brasileira, conforme apontam autores como CORREIA (2001) e VICENTINI (1999). É importante destacar aqui que o conceito de cidade se vincula principalmente ao aspecto legal, ou seja, uma unidade política emancipada, do que ao aspecto econômico.

A construção de vilas operadoras e seus reflexos se colocam como um parâmetro para as reflexões sobre o desenvolvimento urbano, bem como para a discussão da política e do desenvolvimento regional brasileiro, pois vislumbra-se que das oito usinas hidrelétricas implantadas e respectivas vilas operadoras, três usinas e cinco vilas operadoras (UHE Itumbiara, com uma vila na cidade e uma em Araporã, UHE Marimbondo, com uma vila em Icém e uma em Fronteira e UHE Porto Colômbia com uma vila em Planura) foram construídas na década de 1970, ou seja, constata-se uma relação muito estreita com o desenvolvimentismo brasileiro e a modernização do setor de energia elétrica no Brasil.

2.2 O desenvolvimento urbano e regional

Ainda que a cidade seja um fenômeno social muito antigo, deve ser considerada como um fenômeno recente de modernização, pois a cada momento da história a cidade concentrou atividades distintas, próprias da formação econômica e política de cada sociedade. Se antigamente a cidade concentrava o comércio, as atividades culturais e as atividades político-administrativas, na modernidade a cidade passou a ser o lugar da atividade industrial que demandava a concentração populacional e, por esse motivo, reconfigurou sua forma de existir.

Todavia, o desenvolvimento na sociedade contemporânea é visto como algo que traz inovação, comunicação eficiente, ou seja, algo que sempre transforme e traga dinamismo para a sociedade.

Urbanização, industrialização e a reorganização da vida econômica, entre outros aspectos, evidenciam como a modernidade é dinâmica, complexa e densa. O modelo urbano como local de acolhimento à industrialização; o adensamento da rede de transportes em escala global; o desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação e a estruturação de uma rede mundial de computadores, ao mesmo que potencializaram a ação humana,

tornaram a sociedade mais complexa. (SANTOS & CARNIELLO, 2011, p. 287).

Oliveira (1978) afirma que a natureza do desenvolvimento urbano brasileiro se trata da extensão a todo o espaço nacional e das relações de produção capitalistas. O autor ressalta que o PND exaure os problemas agrários, tratando então os problemas nacionais como urbanos.

Assim, falar de desenvolvimento urbano é atualmente tratar das cidades que temos e das grandes questões que as afetam. A intensificação do desenvolvimento regional, mais evidente a partir da década de 1940 com o PND I e II, traz consigo um conjunto de novas questões para compreensão do espaço urbano, como dimensão social.

Fernandes (2001) afirma que a questão do desenvolvimento urbano brasileira tem sido instrumento de uma disputa por um modelo de cidade: de um lado, servir aos interesses capitalistas que configuraram uma cidade excludente e segregadora; e por outro lado, tem servido de ferramenta para os movimentos sociais e setores interessados na mudança dessa cidade, enfatizando o sentido ético do Direito e a questão da justiça social.

Para Silva (2006), a solução dos problemas se obtém pela intervenção do Poder Público, que procura transformar o meio urbano e satisfazer as demandas sociais, fomentando tais práticas através das políticas públicas. Nesse sentido, um fator importante do desenvolvimento econômico não é somente relatado por meios de indicadores que mensuram o crescimento do produto ou produto per capita, mas deve ser incorporado no conceito de desenvolvimento outros índices que representam, mesmo de forma sucinta, a qualidade de vida das pessoas (PASSOS; NOGAMI, 2011).

Para melhor entendimento, faz-se necessário apresentar um quadro com as ideias principais sobre o desenvolvimento regional, aplicadas conforme a interferência econômica das instituições públicas ou privadas:

Quadro 1 – Estratégias para impulsionar o desenvolvimento regional

Teoria	Contexto
Big-Push (Rosenstein-Rodan, 1943)	Para ocorrer o desenvolvimento regional é

	necessários investimentos promovidos pelo Estado.
Pólos de crescimento (Perroux, 1977)	A ideia consistia na instalação, em regiões atrasadas, de uma indústria motriz que, através de seus efeitos a montante e a jusante se tornaria um pólo de crescimento e estimularia o desenvolvimento da região.
Prioridades para o setor industrial (Myrdal, 1957; Kaldor 1957; Hirschman, 1958)	Para a superação das diferenças regionais era necessário também eliminar, ou pelo menos diminuir, as diferenças entre as estruturas produtivas das regiões, implicando um significativo processo de industrialização de regiões atrasadas.
Mecanismos de compensação para as regiões atrasadas	O princípio básico aqui é utilizar o Estado para subsidiar a atração de empresas de forma a compensar as desvantagens ocasionais em regiões atrasadas, fazendo com que o Estado garanta parcela da lucratividade de empresas.
Investimentos estratégicos do setor público	A partir do entendimento da necessidade do gasto autônomo do Estado para garantir a obtenção do pleno emprego, várias estratégias de investimento estatal em regiões atrasadas.
Restrições à localização de atividades em determinadas regiões	Tentativa de evitar a concentração, especialmente em algumas cidades, e desviar tais atividades para outras regiões

Fonte: Adaptado (DINIZ e CROCCO, 2006)

Embora existam várias teorias de política econômica de conteúdo antagônico, tais ideias apresentam o entendimento de que o desenvolvimento regional não é garantido automaticamente pelas forças de mercado, sendo necessária a intervenção estatal para que os desequilíbrios regionais sejam superados. Assim, estas teorias pressupõem estratégias e políticas deliberadas para impulsionar o desenvolvimento regional (DINIZ, 2005).

Com isso, evidencia-se que o desenvolvimento regional é formado pelo conjunto das políticas públicas que comunicam objetivos, meios, estratégias e regras para as tomadas de decisões utilizadas na administração pública e na legislação. As leis, normas, regulamentações, interpretações e decisões operativas e judiciais, os estatutos, os tratados e as ordens executivas são exemplos da expressão real das políticas de desenvolvimento regional.

2.3 Dos indicadores de desenvolvimento

A importância dos indicadores de desenvolvimento está no fato de estes permitirem avaliar o crescimento ou decréscimo dos aspectos essenciais ao desenvolvimento regional ou local, sendo que tais medidas são sistematizadas, conforme padrões e medidas predeterminados.

Entender o desenvolvimento é uma atividade árdua, principalmente quando se pensa no desempenho que este proporciona à sociedade, e na influência do mesmo na vida das pessoas. Por esta razão, indicadores que apontam o desenvolvimento é um assunto bastante discutido entre os pesquisadores, visto que as pessoas desejam não só o crescimento econômico, como também qualidade de vida, a qual será possível quando as necessidades e desejos passam a ser atendidos adequadamente.

Jannuzzi (2002) explica que um indicador de desenvolvimento se caracteriza como uma medida geralmente quantitativa, recheada de significado social substantivo, utilizado para substituir, quantificar ou operacionalizar conceito social abstrato, que dentro dos estudos acadêmicos tem relevância teórica, enquanto que para a formulação de políticas tem relevância programática. Em outras palavras, o autor ainda ressalta que um indicador social é um recurso metodológico contextualizado empiricamente, que revela algo a respeito de um aspecto da realidade social ou acerca de transformações que estão acontecendo.

Os indicadores são classificados segundo as diversas aplicações a que se destinam, sendo comum a sua divisão por área temática da realidade social a que se referem. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma forma sintetizada das três vertentes básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. A criação do IDH teve como finalidade proporcionar um contraponto a outro indicador muito empregado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista Amartya Sen, o IDH almeja ser uma medida geral e sintética que, apesar de expandir a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, não abrange nem exaure todos os aspectos de desenvolvimento.

Assim, temos os indicadores de saúde, os indicadores educacionais, os indicadores de mercado de trabalho, os indicadores demográficos, os indicadores

habitacionais, os indicadores de segurança pública e justiça, os indicadores de infraestrutura urbana, os indicadores de renda e desigualdade, entre outros.

Tais classificações temáticas podem ser agregadas e usadas na denominação dos Sistemas de Indicadores Sociais, como os Indicadores Socioeconômicos, de Condições de Vida, de Qualidade de Vida, Desenvolvimento Humano ou Indicadores Ambientais. Os indicadores, pela perspectiva Estatal, podem ser divididos em:

Quadro 2 – Classificação dos indicadores

Indicadores	Finalidade
Indicadores de estrutura	A realidade de mecanismos estatais necessários para facilitar a realização do atributo do direito humano em questão.
Indicadores de processo	Medidas adotadas pelo Estado para constatar a efetiva aplicabilidade ou aceitação das normas de direitos humanos, orientadas a alcançar a realização de um determinado direito humano.
Indicadores de resultado	Refletem conquistas individuais e coletivas, que indicam o estado de realização de um determinado direito

Fonte: Adaptado (CONRADO, 2005)

Conforme Jannuzzi (2002), uma maneira de se classificar os indicadores sociais, no que tange à natureza do ente indicado, é explicitado conforme abaixo:

Quadro 3 – Classificação dos indicadores sociais

Indicador	Descrição
Indicadores-insumo	Correspondem às medidas associadas à disponibilidade de recursos humanos, financeiros ou equipamentos alocados para um processo ou programa que afeta uma das dimensões da realidade social.
Indicadores-produto	São aqueles mais propriamente vinculados às dimensões empíricas da realidade social, referidos às variáveis resultantes de processos sociais complexos.

Indicadores-processo ou fluxo	São indicadores intermediários, que traduzem em medidas quantitativas o esforço operacional de alocação de recursos humanos, físicos ou financeiros (indicadores-insumo) para a obtenção de melhorias efetivas de bem-estar.
-------------------------------	--

Fonte: Adaptado (JANNUZZI, 2002)

Assim, definido cada indicador de desenvolvimento conforme suas propriedades, e classificando-os segundo o seu contexto, cabe a partir desse ponto uma análise para verificar a real situação fática dos elementos que ele expõe, podendo utilizar desta premissa para constatar o impacto da UHI em Itumbiara/GO e Araporã/MG.

2.4 As Constituições Econômicas e o contexto constitucional da construção de Furnas

A utilização do termo Constituição Econômica é admitida por (BASTOS, 2000), sendo considerada como um conjunto de normas voltadas para a ordenação da economia, caracterizando a evolução da nossa Constituição. A liberdade de iniciativa é compensada pela possibilidade de intervenção do Estado no domínio econômico, ora estabelecendo normas que são pautas na fiscalização dos agentes privados, ora constituindo empresas estatais, em certos casos, atividade monopolística.

É ainda balanceada pela intervenção no sentido da própria sobrevivência do mercado, isto é, aquela atividade de polícia que visa à preservação da concorrência e repressão ao abuso do poder econômico. Por outro viés, é limitada pela necessidade de preservação dos valores ambientais e de proteção social do trabalho.

Na Constituição Imperial de 1824, o que se vislumbra é uma ordem fortemente descentralizada, onde o direito de propriedade era garantido em toda a sua plenitude, inclusive a dos inventos; e nenhum gênero de trabalho (indústria ou comércio) poderia ser proibido senão por oposição aos costumes públicos, segurança e saúde. Vê-se que, embora não houvesse qualquer seção específica para a economia, a eleição da ideia liberal era inequívoca, inclusive declarando-se

abolidas as corporações de ofício e os privilégios não essenciais e inteiramente ligados aos cargos, por utilidade pública.

O quadro não se modificou muito em nossa primeira Constituição Republicana, em 1891. Mantinha-se o direito de propriedade ainda em toda sua plenitude, inclusive o das minas residentes no subsolo, embora sujeitas às limitações estabelecidas por lei. Acrescia-se ao privilégio temporário dos inventos o direito exclusivo de reprodução das obras literárias e artísticas, bem como a titularidade das marcas. Garantia-se a liberdade de exercício profissional. Verifica-se que não havia espaço nenhum para a chamada questão social, senão preocupação exclusiva com os dois pilares do capitalismo: o regime de apropriação privada (em especial o dos bens de produção) e o de circulação econômica. E mais, se tratava de propriedade, segundo a redação do Código de Napoleão, o direito de gozar e de dispor das coisas da maneira mais absoluta.

A Constituição Brasileira de 1967 assinalava à ordem econômica com a finalidade de realizar a justiça social, mencionando pela primeira vez a expressão “função social da propriedade”. É importante ressaltar ainda que a referida Carta fez referência à desapropriação da propriedade territorial rural mediante indenização em títulos especiais da dívida pública; além de trazer à baila o regime de igualdade das empresas estatais exploradoras de atividade econômica, para com as privadas, inclusive quanto ao direito do trabalho e das obrigações.

Não se assinalam grandes originalidades na Carta de 1969, a não ser no dispositivo em que assinala o fim da ordem econômica. Embora prossiga, sendo o de realizar a justiça social, antes desta é mencionada a efetivação do desenvolvimento nacional. Neste momento o desenvolvimento é um fim que se persegue com prioridade, para que o país possa enfrentar com sucesso o inimigo estrangeiro, quer dizer, as potências do bloco comunista.

O projeto Brasil-potência era priorizado em prejuízo da justa repartição, privilegiando as empresas estatais neste momento econômico brasileiro. É neste contexto da Constituição de 1969, conforme Santos (2006), que se insere o Milagre Brasileiro relacionado aos dois planos de Desenvolvimento Nacional - PND I e PND II -, bem como a criação do sistema Furnas e posteriormente a construção da UHI.

2.5 Das teorias do desenvolvimento regional

Matos (2012) explica que no século XIX, a atração para povoamento se dava em lugares promissores de extração mineral, cuja liberdade de terras livres e solos desimpedidos e férteis concentravam pessoas. Esta relação refletiu diretamente no surgimento de cidades e na expansão demográfica Brasil adentro, continuamente, gerando relações importantes entre conglomerados urbanos e economias rurais até 1930. Como o Brasil possui uma extensão territorial continental, variam-se as formas de aglomerações de pessoas e surgimento de cidades (LOPES, 2009).

De acordo com Palen (1975), o adensamento das cidades fomenta o processo de urbanização, tal fato inerente expansão da zona urbana diminuindo as áreas de zona rural. Tomando por base o conceito de outro autor, a Urbanização também pode ser compreendida como processo em constante mudança onde se localiza a produção, a divisão do trabalho, a luta de classes sociais (SOUZA, 1965).

No Brasil, este processo foi acelerado e impulsionado pela industrialização, conforme aponta Viera Neto (2011), o qual guarda relação com a análise de crescimento e desenvolvimento econômico local. Unanimemente pacificado está que crescimento e desenvolvimento representam conceitos diversos, em tal contexto pode-se inserir a construção da UHI.

A compreensão do crescimento econômico, segundo Perroux (1977), é definida pelo resultado de forças centrífugas e forças centrípetas, a partir de clusters de empresas. Nesta consideração, é necessária a existência de uma empresa-motriz, configurada como aquela de estrutura relativamente grande que tenha capacidade de inovação em sua atividade podendo gerar relevantes impulsos para evolução, que não é aplicável para o caso do presente estudo.

Ocorre que o crescimento econômico, aquele preocupado com a maximização de lucros e na maior subtração possível de custos e riscos, sofreu duras críticas em função do pensamento objetivo que tal foco impunha. Passou-se a sacrificar outras áreas saúde, direitos, questões ambientais, entre tantas outras pela justificativa de ter o melhor resultado possível de crescimento no Produto Interno Bruto (PIB).

Até se consegue atingir um crescimento em números, porém não representa sua imediata distribuição, trazendo uma discrepância social pelo aumento da pobreza. E, com os efeitos trazidos ao longo do tempo provenientes de cada mazela produzida, foi necessário repensar tais conceitos para se ajustar à ideia de desenvolvimento (MALUF, 2000).

Para Mota, Barbosa e Filgueira (2011), embora haja consenso na ideia de que para se desenvolver é necessária a geração e produção de riquezas, um local rico nem sempre quer dizer que não haja desigualdades socioeconômicas, tornando-se um lugar cúmplice de um lamentável paradoxo aparente de ter potencialidade de ser considerado rico e existir em seu espaço geográfico a pobreza.

Já Boudeville (1969) propõe uma relação entre crescimento econômico originador de desenvolvimento, aprofundando uma análise quanto aos efeitos de forças que agem em um polo de crescimento, concluindo que, se adequadamente projetado para um espaço geográfico, pode gerar o desenvolvimento. Para tanto, efeitos difusores irradiados e o fenômeno da polarização precisam combinar para impactar a região onde estão inseridos.

Nota-se que há várias compreensões do conceito de desenvolvimento, justificável pela fácil associação com a diversidade (MALUF, 2000). Primeiramente, cumpre destacar a ideia de desenvolvimento traçada por Schumpeter (1961), na qual se alia à inovação e desempenho empresarial.

Tem-se também a compreensão de desenvolvimento territorializado. Nesta, os elementos que se destacam dizem respeito com as relações sociais de produção culturalmente praticadas em uma delimitação espacial (CARLS, LOCATELLI e PIMENTEL, 2015).

Furtado (2000) entende que desenvolvimento se relaciona com os direitos sociais, ou seja, a inserção das plenitudes das necessidades humanas, sendo estas satisfeitas através da articulação de bens e serviços capazes de promover eficiência da vida em sociedade. Continuando, o autor ainda esboça três óticas sobre o assunto: eficácia do sistema social de produção, satisfação das carências da população e realização dos objetivos sociais dominantes.

Desenvolvimento pode ainda ser considerado como processo ao longo da história de um local que acarrete uma mudança social substancial, segundo Santos e Marta (2014). E para Maluf (2000), o pressuposto de desenvolvimento é processo

para melhoria de qualidade de vida de uma sociedade, pela sociedade e para a sociedade, sendo esta afirmação base também para o desenvolvimento do trabalho.

Como toda região marcada fortemente pela indústria no cenário econômico local e a proximidade de outros centros urbanos mais populosos e diversificados, o desenvolvimento também se encontra respaldado na análise de hierarquia de lugares centrais, concebidos como zonas que exercem atração pela zona de influência sob outros centros urbanos mais simples (CHRISTÄLLER, 1966).

Já Souza (1999) ressalta que as atrações naturais dos bens e serviços mais diversificados, associados por outros elementos de irradiação da zona de influência de centros urbanos maiores são um processo social e imaterial registradas como uma das causas do fenômeno da urbanização.

2.5.1 O Desenvolvimento e a construção de barragens

A Comissão Mundial de Barragens (2000) ressalta cinco elementos fundamentais positivos e negativos que contribuem para a construção de barragens, e os Municípios afetados, quais sejam:

- As barragens contribuíram para o desenvolvimento humano local; mas em contrapartida, especialmente em termos sociais, existem os desgastes ambientais e humanos em virtude de as pessoas serem deslocadas de suas moradias para outras localidades por causa do represamento da água causado pela barragem;
- A falta de equidade na distribuição dos benefícios colocou em questão a capacidade de diversas barragens de atender as necessidades de desenvolvimento dos recursos hídricos e energéticos quando confrontados com outras alternativas;
- Ao se incluir no debate todos aqueles cujos direitos estão envolvidos e que arcam com os riscos associados às diferentes opções de desenvolvimento de recursos hídricos e energéticos, são criadas as condições para uma resolução positiva de interesses concorrentes e de conflitos;
- Soluções negociadas aumentaram sensivelmente a eficiência do desenvolvimento de projetos de aproveitamento de recursos.

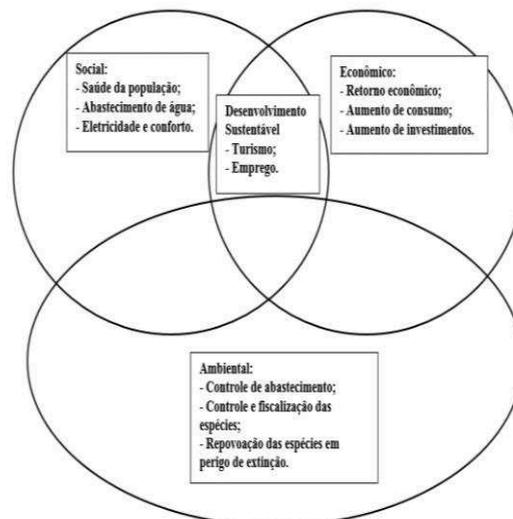
- A construção de uma barragem provoca significativas mudanças em vários sentidos, seja, estas positivas ou negativas. Tais mudanças e consequências passa por duas fases: a fase de construção e a fase de funcionamento.

Durante a fase de construção da barragem, requer-se um número elevado de mão-de-obra não especializado, e um número menor de mão-de-obra qualificada, conduzindo à criação de empregos em tal fase. Neste contexto, Henriques (1994) aponta que, em citada fase, uma parte da população ativa local que porventura trabalha no setor agrícola encontra emprego na construção civil e, em geral, não regressa para a atividade originária, preferindo ficar a situação atual.

Além disso, é importante ressaltar que a construção de uma barragem provoca significativas mudanças em vários sentidos, sejam estas positivas ou negativas. Tais mudanças e suas consequências passam por duas fases: a fase de construção e a fase de funcionamento.

Numa análise de desenvolvimento sustentável, compreendendo as vertentes sociais, econômicas e ambientais, é possível sintetizar os impactos decorrentes da construção e exploração de barragens, oferecendo assim uma perspectiva global, tal como se pode observar na figura abaixo:

Figura 1 – Impactos da hidrelétrica



Fonte: Adaptado (AKKAYA, 1999)

Tal análise elenca pontos positivos, mas é possível verificar pontos negativos que serão apresentados nos resultados do presente trabalho.

2.6 Da proteção ambiental ao direito sustentável

Tem-se que a construção da barragem de Itumbiara/GO um impacto considerável nas duas cidades estudadas, e por essa razão é necessário traçar toda a estrutura legislativa ambiental em que é inserida tal construção.

No contexto brasileiro, coube à Lei 6.938/81 que aprovou a Política Nacional do Meio Ambiente, positivar o conceito de meio ambiente, assim considerado como “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (artigo 3º, inciso I), sendo considerados recursos ambientais “a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora” (artigo 3º, inciso V).

Para o princípio do desenvolvimento sustentável, o desenvolvimento econômico não poderá ocorrer a todo custo, tendo em vista que os recursos ambientais não têm uma capacidade ilimitada de suportar todo impacto ambiental. É o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.

É possível afirmar que, implicitamente, a Constituição Federal de 1988 recepcionou este princípio no seu artigo 225 e principalmente no artigo 170. É que a Ordem Econômica, que se funda na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem como princípio a Defesa do Meio Ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.

Neste sentido, para indicar em qual contexto normativo de preservação ambiental foi inserida a construção da UHI, traçamos uma ordem cronológica das leis:

Tabela 1 – Leis de proteção ambiental antes da construção da UHI.

Lei/Ano	Conteúdo
Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934.	Decreta o Código de Águas.
Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965.	Regula a ação popular.
Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965.	Institui o novo Código Florestal.

Lei nº 5.197, de 03 de janeiro de 1967.	Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências.
Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967.	Dá nova redação ao Decreto-lei número 1.985 (Código de Minas) de 29 de janeiro de 1940.

Fonte: NOGUEIRA, 2016

Verifica-se que a política ambiental vinculada a uma política econômica é algo novo, pois está assentada nos pressupostos do desenvolvimento sustentável é essencialmente em uma estratégia de risco destinada a minimizar a tensão potencial entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade ecológica.

Considerações estratégicas, em tais circunstâncias, estão baseadas na proposição de que a integridade dos componentes dos ecossistemas está diretamente conectada aos papéis físicos, químicos e biológicos que assumem a totalidade do sistema.

Parece ser evidente a principal implicação dessa análise, no que se refere às políticas de desenvolvimento regional: além das iniciativas de tipo tradicional, como a implantação de infraestrutura, as ações de fomento e os esforços voltados para a atração de investimentos privados, devem ser adotadas medidas que contribuam para a acumulação de capital social, fortalecendo a coesão das comunidades, promovendo a colaboração na solução de problemas comuns e estimulando os vários atores sociais a participarem ativamente da discussão das questões de interesse público.

No plano histórico se sustenta a afirmação de que a ação concreta não pode ser feita a base de crescimento a qualquer preço. O meio ambiente, que é patrimônio não só da geração atual, mas também das gerações futuras, precisa ser considerado nas suas dimensões de espaço e tempo, ou seja, é preciso crescer, mas de maneira planejada e sustentável, com vistas a assegurar a compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a proteção da qualidade ambiental em todo instante e em toda parte.

Por outro lado, cada vez mais as cidades, ou o espaço político e sociocultural formado a partir delas, se tornaram o centro da organização da sociedade e da economia. Na escala mundial, poucas cidades organizam e comandam grandes blocos de interesses e reordenam o espaço econômico global;

nas escalas local, regional e nacional, as cidades definem as formas de organização da população e localização das atividades econômicas, referenciam identidades sociais, definem as formas várias de constituição comunitária.

2.6.1 O Direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo

O Meio Ambiente ecologicamente equilibrado revela-se como um patrimônio coletivo, ou seja, um bem de uso comum do povo. Tal assertiva traz a necessidade de reflexão sobre o conteúdo da expressão patrimônio ou bem de uso comum do povo. A sociedade voltada intensamente às relações de troca de mercadoria induz a redução irrefletida do conteúdo do vocábulo patrimônio ao conjunto de coisas que apresentam determinado valor pecuniário.

O fato é que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é um patrimônio coletivo, e sua manutenção não só é imprescindível ao desenvolvimento da personalidade de cada indivíduo, como também para a sociedade como comunidade, isto é, como âmbito onde se travam relações entre os sujeitos, voltadas em análise a consecução de um objetivo do bem-estar comum. Ressalta-se que:

A ação concreta não pode ser feita a base de crescimento a qualquer preço. O meio ambiente, que é patrimônio não só da geração atual, mas também das gerações futuras, precisa ser considerada nas suas dimensões de espaço e tempo, em sucessivos aqui e agora, tendo-se em conta o que falta no presente e o que pode faltar no futuro, particularmente naquelas áreas esquecidas ou negligenciadas pelo chamado mundo civilizado. Ou seja, é preciso crescer, sim, mas de maneira planejada e sustentável, com vistas a assegurar a compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a proteção da qualidade ambiental em todo instante e em toda parte. (MILARÉ, 2011, p. 42).

A relação da sociedade com a natureza é uma manifestação cultural. A natureza forma é conformada pela cultura. Portanto, a cultura naturalizada determina ao mesmo tempo em que é determinada pelo indivíduo. Esta relação complexa e extremamente rica, onde não há uma linha única de causa e efeito, mas revelações em cada parte do todo, e visualização no todo das partes que o integram, permite afirmar que o meio ambiente como bem de uso comum do povo assim é por ser

imprescritível a realização do indivíduo como tal e como participante de uma sociedade.

Nesse sentido, Fiorillo (2006) ressalta que o desenvolvimento supõe uma transformação progressiva da economia e da sociedade. Caso uma via de desenvolvimento se sustente e sentido físico, teoricamente ela pode ser tentada mesmo num contexto social e político rígido.

Para que haja um desenvolvimento sustentável é preciso que todos tenham atendidas as suas necessidades básicas e lhes sejam proporcionadas oportunidades de concretizar suas aspirações a uma vida melhor. A satisfação das necessidades essenciais depende em parte de que se consiga o crescimento potencial pleno, o desenvolvimento sustentável exige claramente que haja crescimento econômico em regiões onde tais necessidades não estão sendo atendidas. Por isso o desenvolvimento sustentável exige que as sociedades atendam às necessidades humanas, tanto aumentando o potencial de produção quanto assegurando a todos as mesmas oportunidades.

Neste contexto o desenvolvimento regional ou local depende da conciliação das políticas, que impulsionam o crescimento, com os objetivos locais. A organização da sociedade local pode transformar o crescimento advindo dos desígnios centrais em efeitos positivos, ou melhor, em desenvolvimento para a região. A região não pode ser vista apenas como um fator geográfico, mas como um ator social, como elemento vivo, do processo de planejamento.

O Estado é quem estabelece as regras do jogo e a região é a parte negociadora, que deve se inserir nos mecanismos de decisão para fazer acordos, transações, dirimir conflitos, por fim, deve ter a capacidade de transformar o impulso externo de crescimento econômico em desenvolvimento com inclusão social. Verifica-se que o desenvolvimento é a intervenção em um mercado econômico, visando uma distribuição racional dos investimentos pelas várias regiões de um país, utilizando-se dos vários tipos de capitais, conforme (FRIEDMAN, 1968).

2.6.2 Da inserção da indústria e a desapropriação por interesse social

A cada momento da história a cidade concentrou atividade distintas, próprias da formação econômica e política de cada sociedade. Se antigamente a cidade concentrava o comércio, as atividades culturais e as atividades político-administrativo na modernidade a cidade passou da atividade industrial demandava a concentração populacional e, por esse motivo, reconfigurou a forma das cidades.

Neste contexto a desapropriação se insere para garantia da área industrial estatal com escopo no interesse social geral, que é regulamentado pela Lei 4.132/62, sendo este um dos primeiros diplomas legais brasileiros que utilizou a expressão “função social da propriedade”. Essa desapropriação não pune o descumprimento da função social, mas ela se fundamenta na função social da propriedade.

A lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962, define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação:

Art. 1º A DESAPROPRIAÇÃO por interesse social será decretada para promover a justa distribuição da propriedade ou condicionar o seu uso ao bem-estar social, na forma do art. 147 da Constituição Federal. (BRASIL. Lei n.º 4.132 de 10 de setembro de 1962).

2.7 Do processo de industrialização e a qualidade de vida

A definição de desenvolvimento é feita por uma análise das desigualdades sociais através de uma política pública intervencionista, que busque o equilíbrio entre o econômico e o social. Por isso o desenvolvimento não existe fora de uma dada realidade social e de um espaço local. Com isso, percebe-se que a inserção de clube, campo de futebol, aeroporto, ponte e demais estruturas por parte da UHI fomenta e proporciona qualidade de vida para a população local.

Corroborando com essa ideia de lazer e qualidade de vida Samuel afirma:

O lazer proporciona: a) alargar todo um fator de socialização e integração em vistas da harmonia social; b) alargar potencialidades de pessoas e as relações delas com o ambiente; c) ajudar na construção da identidade social de um grupo ou comunidade e contribuir, assim, ao desenvolvimento cultural; d) gerar emprego e crescimento econômico numa demanda crescente por bens e serviços de lazer. (SAMUEL, 1991, p. 04).

O lazer é uma condição indispensável para atingir os objetivos traçados nas políticas sociais projetadas para alcançar as metas nacionais de crescimento econômico e de bem-estar, inclusive o desenvolvimento social situação este defendida por De Masi (1999).

Corroborando com esta ideia Spirduso (2005) apresenta os elementos que formam a qualidade de vida, é importante para este trabalho o destaque para os fatores da atividade física, social e recreativo e fatores cognitivos e emocionais elementos que estão inseridos na dimensão do lazer:

Figura 2 – Fatores que afetam a qualidade de vida



Fonte: Adaptado (SPIRDUSSO, 2005)

Pode-se perceber que é totalmente possível incluir o lazer dentro da qualidade de vida, levando em consideração o caráter multidimensional da qualidade de vida. Isso significa desenvolver dentro das organizações um clima que favorece o desenvolvimento individual e institucional, de modo que o trabalhador tome consciência de seu papel como principal colaborador dentro dela.

A inserção do de saneamento básico e ambulatório por parte da UHI traz também uma estrutura volta para a saúde. Neste sentido, uma das principais responsabilidades do setor saúde é a proteção do bem-estar público com a garantia de um ambiente físico e social saudável, que possibilite o desenvolvimento humano sustentável quer dizer, melhora das condições materiais para responder às

necessidades da atual geração, sem comprometer a resposta às necessidades das gerações futuras que proteja as pessoas mais vulneráveis da sociedade. Para tal fim, o setor saúde precisa colaborar com outros setores ambiente trabalho, agricultura e educação, entre outros.

Assim, uma instituição pode se definir como sendo responsável socialmente, visto que estaria agindo além do estipulado, inserindo no seu planejamento o lazer como uma tecnologia possível para o desenvolvimento de uma gestão singular, tornando a vida do trabalho significativa, isto é, de qualidade no espaço de trabalho.

2.8 A saúde e o meio ambiente

A qualidade de vida no trabalho e a responsabilidade social empresarial guardam proximidade e certa identidade, posto que estas, de forma geral, não estão diretamente ligadas aos objetivos essenciais das organizações. São consideradas atividades acessórias, ainda que atualmente venham sendo tratadas como eventos essenciais à consecução dos objetivos organizacionais.

Já é comum nas grandes organizações a destinação de recursos em caráter permanente para ações ligadas à qualidade de vida no trabalho e à responsabilidade social empresarial, além da criação de órgãos colocados em posição de destaque na estrutura formal.

Dispõe Figueiredo (2008) que, para compreensão, a saúde ambiental pode contextualizar-se usando como referência o marco dos fatores determinantes estruturais de caráter social, econômico, político, ambiental, tecnológico e de biologia humana, alguns relacionados entre si e em importante interação com o sistema de saúde.

Estas relações, por sua vez, dão lugar a fatores determinantes intermediários que geram condições de vida deficientes, riscos e perigos ambientais, e mudanças nos estilos de vida e comportamento, os quais, conseqüentemente, modificam os níveis de expectativa de vida, produzem doenças, danos, deficiências e mortes que prejudicam o bem-estar da população. Toda formação cultural é inseparável da natureza, com base na qual se desenvolve.

Assim, destaca o doutrinador Derani (2008) que a articulação ulterior entre estes setores e o da saúde é fundamental para o alcance do desenvolvimento sustentável. Observa-se ainda que a presença de temas de política de meio ambiente permeando o direito, atuando sobre políticas empresariais e movimentos sociais, traz à superfície o que sempre existiu de fato: a indissolubilidade da natureza e cultura. Com base nisso, é possível compreender a realidade social pelo prisma das forças socializantes da natureza, ou seja, pelo modo como cada sociedade se apropria dos recursos naturais e transforma o ambiente em que vive.

É preciso reconhecer que esses conceitos de crescimento e desenvolvimento carregam hoje características resultantes de movimentos geográficos que envolvem todos os continentes, tais como os revelados nas relações de trabalho, campo, mercado financeiro. Todos esses movimentos devem ser analisados em seu contexto para que possa conceituar desenvolvimento e crescimento, apontando suas premissas, perspectivas e barreiras.

2.8.1 A qualidade do meio ambiente

A qualidade do meio ambiente está ligada à qualidade de vida, pois se trata de um direito humano fundamental, se confundindo com a dignidade da pessoa humana. Assim, estamos nos preocupando com o direito de viver em uma sociedade equilibrada, um direito constitucional assegurado a todos, num contexto que passa gerar melhoria na qualidade de vida, como postos de trabalho e riquezas para o homem

Uma dessas contradições relaciona-se com a destruição ambiental e com a privatização dos recursos naturais que direta e indiretamente os países hegemônicos do chamado primeiro mundo provocam em todo o planeta através da perpetuação de um modelo de produção e consumo destrutivo e insustentável do ponto de vista social e ambiental.

Neste sentido, são pertinentes as observações de Silva (2006), que salienta a impossibilidade de resolver os crescentes e complexos problemas sociais e ambientais, além de reverter suas causas sem que ocorra uma mudança radical nos sistemas de conhecimento, dos valores e dos comportamentos gerados pela

dinâmica de racionalidade existente, fundada no aspecto econômico do desenvolvimento.

Guerra (2011) analisou a construção e instalação das Usinas Hidrelétricas de Furnas, afirmando que para melhor operacionalizar, foram construídas vilas operárias de profissionais dos mais variados ramos do conhecimento. Assim, a hidrelétrica situada na divisa do Estado de Goiás e Minas Gerais teve a vila de operários localizada na cidade de Itumbiara, preservada até atualmente o como nome de um dos bairros atualmente: Vila de Furnas.

A força de atração de investimentos empresariais e industriais foram direcionados, neste período, para Itumbiara-GO, por ter uma mão-de-obra mais qualificada, melhores interações do centro urbano e existência de variedade de lazer. A influência é tão evidente a ponto de não haver, dentro de Araporã-MG, um comércio expressivo, deslocando as principais lojas para a cidade vizinha.

Ao pesquisar sobre a origem das cidades brasileiras, Lopes (2009) observou que os principais fatores são interligados com o avanço das missões religiosas em aldeias indígenas, cruzamentos de estradas, intensificação de mercados comerciais, oferta e abastecimento de produtos rurícolas e facilidades com o manejo de recursos naturais. A partir de quaisquer desses fatores intensificados com o aglomeramento de pessoas e processo de urbanização, os meios urbanos desenvolvem conjuntamente (MATOS, 2012).

2.8.2 Da inserção da estrutura de lazer

Para uma melhor compreensão do impacto na qualidade de vida e no âmbito do lazer, segue abaixo um quadro conceitual de alguns doutrinadores em ordem cronológica, com relevância para o desenvolvimento do presente estudo:

Quadro 4 – Definições de Lazer

Definições de lazer	
Autores	Conceitos
Murdock (1966)	Entende o lazer como hábitos culturais de cada geração que efetivam satisfação para o indivíduo e sejam adaptáveis.

Dumazedier (1976)	Entende o lazer como elemento liberatório das obrigações advindas da sociedade.
Gaelzer (1979)	A harmonia do tempo livre, com a atitude e a disponibilidade de si mesmo, resulta no lazer.
Requixa (1980)	O lazer é o elemento de escolha do indivíduo dentro do seu tempo livre de caráter não obrigatório.
Huizinga (1980)	No jogo e pelo jogo que a civilização surge e se desenvolve.
Dieckert (1984)	Evento que proporciona satisfação ao indivíduo através do esporte
Marcellino (1990)	A cultura no sentido amplo vivenciada no tempo disponível.
Pagni (1991)	As ações pedagógicas com a finalidade do movimento corporal humano.
De Masi (2000)	O trabalho e o lazer se misturam formando-se o ócio criativo.

Fonte: NOGUEIRA, 2015

Apesar dessas afirmações conceituais sobre lazer verifica-se também afirmação antagônica quanto ao aspecto integrador e lúdico do lazer:

O lazer seria uma alienação, uma ilusão de autossatisfação das necessidades do indivíduo, porquanto estas necessidades são criadas, manipuladas pelas forças econômicas da produção e do consumo de massa, conforme o interesse de seus donos. (MARCUSE, 1971, p. 50).

Neste sentido, o diálogo entre as diversas definições sobre o lazer resulta em um denominador comum, quais sejam o tempo disponível e espaço para tal atividade, elemento do espaço que foi inserido após a construção da UHI. De Masi (2000) afirma que esse processo de industrialização muda a relação de trabalho, tempo e lazer:

A pedagogia da idade industrial ensinava a separar as duas coisas: trabalho era trabalho, diversão era diversão. Hoje, ao contrário, trabalho e lazer se misturam e se potencializam reciprocamente. De tal forma, o tempo livres, propício ao lazer, predomina. Junto com a estética e a biotecnologia, ele será o sinal distintivo do século XXI. (DE MASI, 2000, p. 202).

Esta reflexão sobre o lazer como dimensão importante para o desenvolvimento humano vai, portanto, ao encontro ao pensamento de Dumazedier

(1976), cuja definição de lazer enfatiza também o desenvolvimento pessoal, a participação, a liberdade da pessoa e a escolha voluntária das atividades.

2.8.3 Do lazer e o desenvolvimento local

Um fator importante na perspectiva do desenvolvimento referente ao aproveitamento das especificidades de cada local ou território e ao próprio aproveitamento de suas oportunidades e potencialidades. Mas caso não haja regulação e instrumentos adequados para a gestão de espaço, o lazer pode causar impactos negativos tanto no meio ambiente quanto na economia da sociedade local.

Então, para seu total sucesso, a política de lazer deve ser baseada e adaptada às necessidades, possibilidades e problemas da comunidade local. No presente trabalho, a reflexão do desenvolvimento social local, por meio das políticas públicas, utiliza-se da classificação do Banco Mundial (2002), que conforme Rattner (2002), o desenvolvimento será formado pelo:

- Capital natural constituído pelos recursos naturais presente na cidade;
- Capital físico representado pela infraestrutura, bens e serviços;
- Capital humano determinado grau de especialidade dos indivíduos da região;
- Capital social que representa a perspectiva de confiança da sociedade nas ações positivas do Estado.

E no âmbito das políticas públicas com direcionamento para política de lazer voltada para qualidade de vida, que fomentam o desenvolvimento, que segundo (ZINGONI, 2002) citando a definição do Banco Mundial (2002), está relacionado da seguinte maneira:

Tabela 2 – Relação do Desenvolvimento Regional e Lazer

CAPITAL	LAZER/ DESENVOLVIMENTO
Natural	As potencialidades e aos limites do meio ambiente na promoção do lazer.
Físico	Um mercado orientado para universalização do acesso aos serviços de lazer oferecidos e não à hierarquização desse acesso. As possibilidades de emprego e às relações de trabalhadores das

	quais decorrem maior apropriação dos resultados da atividade econômica.
Humano	A adequação das políticas de lazer às condições de vida específica das populações, considerando o nível de renda e condições culturais, educacionais e de saúde.
Social	Os valores de sociabilidade, cooperação e associativismo conquistados pelas sociedades e relacionados às oportunidades que as pessoas têm de decidir sobre o seu destino, influenciar as decisões públicas de lazer e participar de atividades que afetam o desenvolvimento econômico, ambiental e social e sua qualidade de vida.

Fonte: Adaptado (ZINGONI, 2002)

Neste estudo, realiza-se a análise do impacto da construção da UHI refletindo no desenvolvimento social e na qualidade de vida das pessoas, seus aspectos positivos para atingir o bem-estar público de todos.

O Índice de Valores Humanos é como um retrato de nossa sociedade, com todas suas diferenças e semelhanças. Adotando uma metodologia única que supera a dicotomia entre espaços informacionais objetivos e subjetivos, é possível construir um retrato de nossos valores humanos nas dimensões do índice de desenvolvimento humano PNUD (2010).

Com base no próprio PNUD (2010), o índice de desenvolvimento humano traz como base as relações da sociedade num todo como saúde, educação, lazer relacionando rendas e padrões de vida de cada pessoa.

2.8.4 Capital Natural, o Lazer e Desenvolvimento

Compatibilizar meio ambiente com desenvolvimento significa considerar os problemas ambientais dentro de um processo contínuo de planejamento, atendendo-se adequadamente as exigências de ambos e observando as suas inter-relações particulares a cada contexto sociocultural, político, econômico e para realizar as etapas do planejamento, dirigir a organização, coordenar o envolvimento com os integrantes do sistema de lazer e da sociedade da região, faz-se necessária a ação de uma liderança, ou seja, a intervenção estatal.

A organização deve levar em consideração todos os recursos necessários como a participação de técnicos de diversas áreas, em face de multidisciplinaridade que caracteriza o lazer e em função das dimensões e peculiaridades.

Sendo assim, dentre outros aspectos consistem, basicamente, nas estruturas de governança e de mercado. Tal mercado do lazer, no ambiente urbano será regido pelas práticas do turismo, ações lúdicas que podem ser divididas no ambiente rural e urbano. Como o objeto do estudo é as políticas públicas no espaço urbano, consideram-se apenas as áreas urbanas de lazer.

O turismo como alternativo de lazer ou de tempo livre aparece sob nova consideração, respaldado em um formidável potencial. O papel do fenômeno do turismo dentro de um processo de mudança de valores é notável, o turismo deixa de ser atividade meramente utilitária, com todas as distorções provocadas por tal enfoque, e passa a ser um espaço qualitativamente diferente e superior, a partir do qual pode injetar renovada energia e informação aos sistemas social e cultural, para efeito de promover novas atitudes e realizações humanas.

Portanto, o nível econômico, na maioria das vezes, não correlaciona ao nível educacional dos sujeitos, e logo os tipos de turismo deverão ligar duas condições como: ser possível dentro de determinada situação econômica da pessoa e, concomitantemente, considerar suas exigências do ponto de vista cultural (BARRETTO, 1995).

Dentre outros aspectos consistem, basicamente, nas estruturas de governança e de mercado que se utilizam das atividades turísticas em espaços urbanos para, no primeiro caso fomentar uma política de integração social e no segundo caso buscar o efetivo lucro.

É importante frisar que tanto o aspecto integrador e o aspecto capitalista são necessários para o desenvolvimento e para qualidade de vida desde que sejam direcionados da maneira adequada observando seus limites impostos pela legislação local, estadual e federal.

As modalidades de turismo tornam possível o conhecimento dos principais destinos geográficos ficando evidente a possibilidade de efetuar um levantamento numérico se determinada Região poderá explorar de tal recurso dentro das políticas de lazer:

Tabela 3 – Elementos do Turismo

Tipos de Turismo	Compreensão
Turismo demográfico pessoal	Compreendido por turismo infantil, turismo juvenil, turismo de terceira idade, turismo romântico, turismo familiar, turismo de saúde e turismo para deficientes;
Turismo demográfico sociocultural	Compreendido por turismo de estudos, cultural, religioso e de raízes;
Turismo demográfico socioeconômico	Compreendido, de eventos, negócios, comerciais e sociais
Turismo comportamental	Compreendido como turismo de época e turismo psicográfico contemplando, entre outros, o turismo rural e o ecoturismo

Fonte: Adaptado (ANSARAH, 2005)

Tais premissas são fundamentais para balizar o direcionamento de um sistema turístico, portanto, a relação do capital natural direcionado ao lazer com a sustentabilidade e de sua manutenção com o turismo requer o gerenciamento dos impactos ambientais e socioeconômicos, o estabelecimento dos indicadores ambientais e a conservação da qualidade dos recursos utilizados pelo turismo.

Assim, através de um bom planejamento, desenvolvimento e gerenciamento do turismo, é possível minimizar seus impactos negativos sobre os recursos, porém, a fim de assegurar a continuidade da sustentabilidade no turismo.

2.8.5 Capital Físico, Lazer, Bens e Desenvolvimento

Segundo Zingoni (2002) o capital físico temos mercado orientado para universalização do acesso aos serviços de lazer oferecidos e não à hierarquização desse acesso. As possibilidades de emprego e às relações de trabalhadores das quais decorrem maior apropriação dos resultados da atividade econômica. Um fator importante na perspectiva do desenvolvimento refere-se ao aproveitamento das especialidades de cada local ou território e o próprio aproveitamento de suas oportunidades e potencialidades.

Portanto, pode-se apontar o lazer como fonte para fomentar o desenvolvimento da cultura como a inovação, a criatividade e a diversidade de expressões de um povo. Segundo Bosi (1987) diversidade cultural, sempre presente, é promotora de geração de riqueza a partir do momento que consagra crescimento humano, e econômico, além de inovações tecnológicas.

Tem-se que é inegável, por meio do lazer cultural, o capitalismo encontrou uma forma de se fazer presente também no lazer das pessoas, transformando-os em consumidores de bens culturais. Afirmar Lefébvre (1983) que desse modo, o processo de consumo no lazer pode se desenvolver de forma dinâmica, democratizando as possibilidades para aqueles que tem poder aquisitivo.

Ainda Lefébvre (1983) coloca que o lazer é fonte para fomentar o desenvolvimento da cultura como a inovação, a criatividade e a diversidade de expressões de um povo. A diversidade cultural, sempre presente, é promotora de geração de riqueza a partir do momento que consagra crescimento humano, e econômico, além de inovações tecnológicas.

Neste aspecto a exploração do consumo fomenta a construção do lazer no espaço urbano, mas cabe frisar que ao poder público compete regular tais ações de tal forma, que o interesse privado não sobreponha ao interesse público, e que prevaleça os interesses dos indivíduos na sociedade.

Assim, o lazer passa ser considerado um fenômeno social muito diversificado e classificado por diferentes critérios, mas neste contexto o lazer pode propiciar o funcionamento de uma economia urbana, sendo um componente fundamental no processo de desenvolvimento e geração de empregos.

2.8.6 Capital Humano, Lazer e Desenvolvimento

Afirmar Zingoni (2002) que o lazer como elemento do desenvolvimento na perspectiva do capital humano implica em considerar indicadores tais como, nutrição, saúde, educação, moradia, emprego e trabalho da população.

Mas quando discuti lazer, trabalho e capital humano verificam-se o conflito de necessidades e disponibilidade, pois o primeiro evidencia o tempo livre, já o segundo materializa a subordinação a um sistema de produção para atender as necessidades e anseios do mundo capitalista.

Nesse caso Werneck (2001) apresenta que a prática social vinculada ao mundo do trabalho, o lazer assume um aspecto de compensação das frustrações enfrentadas, bem como a recuperação de energias exauridas no seio da atividade laboral. Essa visão antagônica é compartilhada por De Masi (1999, p.11):

Posto que as máquinas se incumbirão de quase todo o trabalho físico, assim como de boa parte do trabalho intelectual do tipo executivo, o ser humano irá guardar para si o monopólio da atividade criativa que, por sua própria natureza, dá muito menos margem do que a atividade industrial para a alocação de tarefas e para a divisão entre tempo de trabalho e tempo livre.

Mas apesar de existir tal preconceito sobre o lazer Marcellino (1995) afirma ao mesmo tempo em que o lazer sofre inúmeras denominações, pode-se vislumbrar a oportunidade de atuar como alavanca de transformação social, fomentando assim o desenvolvimento social.

Assim, percebe-se que o lazer e trabalho não são campos opostos, mas há o mutualismo, pois, o lazer se torna plataforma para atender interesses sociais, políticos e econômicos, que permeiam não exclusivamente o trabalho, mas toda a sociedade (ZINGONI, 2002).

2.8.7 Capital Social, Lazer e Desenvolvimento

Conforme Zingoni (2002) os valores de sociabilidade, cooperação e associativismo conquistados pelas sociedades e relacionados às oportunidades que as pessoas têm de decidir sobre o seu destino, influenciar as decisões públicas de lazer e participar de atividades que afetam o desenvolvimento econômico, ambiental e social e sua qualidade de vida. Neste sentido, Putnam (1996) afirma:

O capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando ações coordenadas. A cooperação voluntária é mais fácil numa comunidade que tenha herdado um bom estoque de capital social sob a forma de regras de reciprocidade e sistema de participação cívica. (PUTNAM, 1996, p. 177).

Destaca Derani (2008) que fazem parte do capital social, portanto, os traços culturais característicos de uma comunidade que contribuem para fazer que seus membros se tornem propensos a colaborar na solução de problemas de interesse comum. Incluem-se aí, por exemplo, as redes de relações interpessoais e os sentimentos de confiança mútua entre os indivíduos que constituem essa

comunidade, que tornam possível o empreendimento de ações conjuntas que resultem em proveito da coletividade.

Mesmo alguns aspectos da vida comunitária que aparentemente não têm relevância econômica direta, como a participação ativa em associações de diversos tipos como clubes de serviços e entidades com objetivos culturais ou esportivos passaram a ser considerados relevantes para explicar o desenvolvimento, na medida em que ajudam a aproximar os membros da comunidade, fortalecendo os laços existentes entre eles e tornando-os culturalmente mais propensos a colaborar para enfrentar problemas comuns.

Tem-se que o desenvolvimento é determinado como a realização de um sistema coerente com o aumento da produtividade, distribuição equitativa da renda social, modos de utilização sustentáveis dos recursos e gerenciamento inteligente dos riscos.

3 METÓDO

É preciso considerar que, a pesquisa é composta por um conjunto de atividades sistemáticas que tem como finalidade a busca pelo conhecimento, e para atingir os objetivos ou o resultado desejado, é necessário conhecer ferramentas, técnicas para desenvolver o que se propõe. A forma como é conduzida e realizada a pesquisa, a denominamos de método. Jung (2004, p. 102) diz que “o método deve ser objetivo e sistemático para os resultados serem passíveis de reprodução e confirmação”.

Nessa perspectiva, Bervian, Cervo e Silva (2007) entendem que o objeto da pesquisa é fator determinante para a escolha do método, por isso deve-se selecionar os meios e os processos mais adequados.

A pesquisa apresenta-se uma análise dos impactos gerados pela construção da Usina Hidrelétrica de Itumbiara, nos municípios de Itumbiara/GO e Araporã/MG, pelo aspecto da qualidade de vida, lazer e ambiental.

3.1 Caracterização da pesquisa

Assim, a pesquisa do presente trabalho combina métodos descritivos com uma abordagem qualitativa, amparada numa pesquisa bibliográfica e documental. Os documentos utilizados serão as leis, os indicadores sociais presentes no acervo histórico da UHI ao tempo da construção, os indicadores sociais presentes na prefeitura de Itumbiara/GO, Tupaciguara/MG e Araporã/MG após a sua emancipação em 1992 e por último os elementos iconográficos, para apresentar como era antes as cidades e como ficou depois.

Neste contexto, sendo a pesquisa descritiva ela deve ser feita, conforme afirma Gil (2008), por meio da identificação, registro e análise das características, fatores ou variáveis que se relacionam com o impacto da construção da barragem nas cidades ora citadas.

Para identificar o impacto ambiental, na qualidade de vida e no lazer será feito um levantamento dos indicadores sociais demonstrando tal acontecimento. E, por último, a fim de evidenciar a existência de desenvolvimento local após a efetiva

coleta de dados relacionados à construção da barragem, será feita uma análise qualitativa que Gil (2008) apresenta como sendo a interpretação dos fenômenos e a devida atribuição de significados, sendo que não se utiliza de métodos estatístico.

Para tal análise é importante buscar base documental e também nos indicadores sociais e tais referências podem indicar a existência o efetivo impacto nos municípios de Itumbiara/GO e Araporã/MG.

3.2 Área de realização da pesquisa, coleta e tratamento de dados

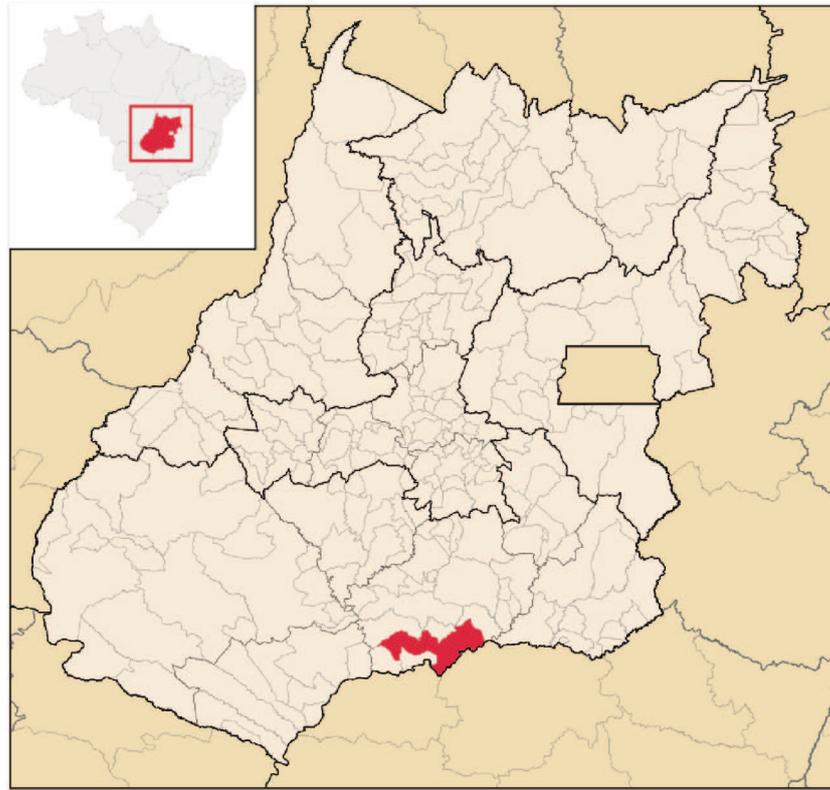
As principais fontes utilizadas são os indicadores econômicos e sociais anteriores à construção da barragem que serão comparados com os contemporâneos, pós-construção e funcionamento da usina, para caracterizar o impacto e compreender a dinâmica vivida pela região no período.

A análise contempla ainda a documentação primária gerada e disponibilizada no arquivo histórico da UHI, depositado no escritório da empresa em Itumbiara (GO), além da bibliografia que trata da região, das questões relacionadas ao Planejamento e Desenvolvimento Regional, assim como as teses e dissertações que estudam casos semelhantes no Brasil.

Utilizam-se também fontes iconográficas (fotografias, plantas e cartografias, documentos fundamentais para atestar e avaliar as relações e as implicações espaciais.

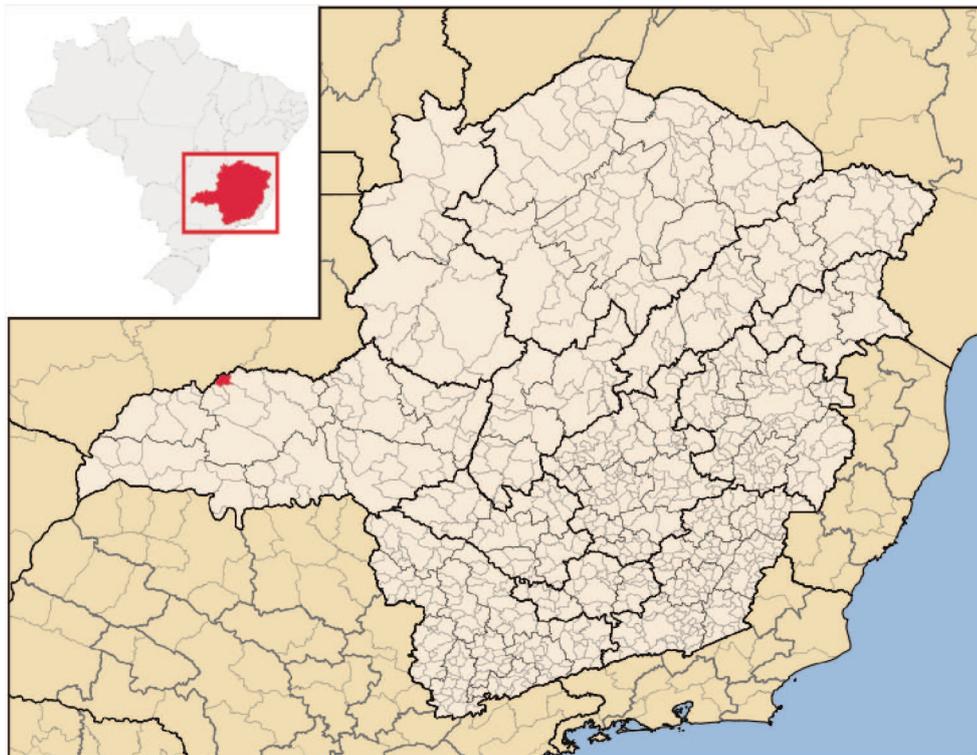
O resultado obtido por esse trabalho foi a reunião de elementos que possibilitaram identificar as características da dinâmica econômica, social e urbana geradas ou associadas à construção e funcionamento da UHI, contribuindo assim para o futuro planejamento e desenvolvimento das cidades de Itumbiara/GO e Araporã/MG e fundamental para a qualidade de vida e desenvolvimento social local.

Figura 3 – Localização de Itumbiara em Goiás.



Fonte: IBGE (2010)

Figura 4 – Localização de Araporã em Minas Gerais



Fonte: (IBGE, 2010)

A fase inicial para compreender os impactos da construção da UHI parte da coleta de dados de documentos primários, com acesso aos arquivos da Prefeitura Municipal de Itumbiara/GO, Prefeitura de Araporã/MG e documentos do arquivo de Furnas.

Também é essencial na presente pesquisa estabelecer os documentos a serem utilizados, que segundo Gil (2008) sendo a pesquisa documental, é feita por meio de exame de várias fontes, quais sejam, materiais escritos, como leis, jornais, revistas, bem como os elementos iconográficos e cartográficos. Os documentos a serem utilizados no aspecto legislativos, foram obtidos nas prefeituras de Itumbiara/GO, Tupaciguara/MG e Araporã/MG (pois esta emancipou-se de Tupaciguara/MG em 1992) são os seguintes:

- Relatório da Gestão da Secretária de Turismo;
- Relatório de Gestão Fiscal;
- Relatório da Secretária de Saúde;
- Declaração Mensal de Serviços.

Na Usina Hidrelétrica de Itumbiara foi disponibilizado todo arquivo histórico, fotográfico e cartográfico e para obter tais documentos foram feitas visitas à Prefeitura de Itumbiara/GO, Araporã/MG, Tupaciguara/MG e a Usina Hidroelétrica de Itumbiara/GO.

Também foram realizadas buscas no Google Earth, Street View e levantamento com câmera fotográfica digital do autor in loco. Outras buscas documentais foram feitas no Instituto Mauro Borges, no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), indicador (FIRJAN) de desenvolvimento Municipal, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre outros.

As pesquisas bibliográficas foram feitas no acervo físico da Biblioteca do Instituto Luterano de Ensino Superior de Itumbiara (ILES/ULBRA), na biblioteca de Furnas e na Escola Serviço Nacional de Aprendizagem industrial (SENAI/GO) de Itumbiara.

3.3 Procedimento para análise documental

Após, realizar o levantamento documental, quais sejam, Estudo de Impacto Ambiental da UHI, Relatório de Impacto Ambiental, indicadores sociais, elementos cartográficos, bem como todo acervo técnico disponibilizado por FURNAS será possível averiguar como se materializou o impacto da construção da UHI nos municípios de Itumbiara/GO e Araporã/MG.

No tocante a análise bibliográfica será feito um levantamento dos autores que forneçam subsídios para a compreensão das variáveis lazer, políticas públicas, espaço urbano, qualidade de vida e desenvolvimento social.

A análise dos dados ocorreu de forma qualitativa, uma vez que, conforme expõe Bardin (1977), corresponde a um procedimento intuitivo, maleável e adaptável a índices que não foram previstos. A análise qualitativa demonstra algumas características particulares, e é válida especialmente na elaboração das deduções sobre determinado fato.

Assim, será feita a análise e avaliação comparativa de antes e depois da construção, para demonstrar a contribuição UHI para da qualidade de vida, lazer e o impacto ambiental nos municípios de Itumbiara/GO e Araporã/MG.

4 RESULTADOS

O resultado obtido por esse trabalho foi a reunião de elementos que possibilitaram identificar as características da dinâmica econômica, social e urbana geradas ou associadas à construção e funcionamento da UHI, contribuindo assim para o futuro planejamento e desenvolvimento das cidades de Itumbiara/GO e Araporã/MG e fundamental para a qualidade de vida e desenvolvimento social local.

Itumbiara é um município brasileiro do interior do Estado de Goiás, na divisa com o estado de Minas Gerais, situa-se ao sul da capital do estado, Goiânia, distando destes cerca de 204 quilômetros, e 411 quilômetros da capital federal, Brasília, conforme dados do (IBGE, 2015). A cidade forma uma conurbação com o município vizinho de Araporã/MG. Seus principais pontos turísticos são o Rio Paranaíba, a Cachoeira do Salitre e a Ponte Affonso Penna, sendo esta última responsável por interligar os estados de Goiás e Minas Gerais.

Araporã é um município brasileiro no interior do Estado de Minas Gerais, localizada na região norte do Triângulo Mineiro, com limites territoriais traçados pela Lei Estadual nº 10.704 de 27 de abril de 1992, Araporã é circunvizinhado pelos municípios de Centralina/MG, Monte Alegre de Minas/MG, Tupaciguara/MG e Itumbiara/GO.

A foz do Ribeirão Passa-Três até o Rio Paranaíba é marco limítrofe com o município de Centralina/MG. Do Ribeirão Sucuri até sua foz no Rio Piedade, próximo ao Córrego Lajeado, encontra-se os limites com o município de Monte Alegre de Minas/MG. Com Tupaciguara/MG e Itumbiara/GO, o Rio Paranaíba é o principal divisor, sendo que, quanto àquele, a foz do Córrego Bálamo segue até o Ribeirão Sucuri, e este, encerra a divisão com o começo do Rio Piedade e foz do Córrego Bálamo (IBGE, 2015).

Emancipado recentemente em 1992, a história de Araporã remonta as primeiras fazendas de engenho de pinga, localizadas no então chamado distrito de Mato Grosso pertencente ao município de Abadia do Bom Sucesso/MG. Com a Lei Estadual nº 556 de 30 de agosto de 1911, o distrito de Mato Grosso passou a integrar o município de Monte Alegre/MG, o que foi desfeito com o Recenseamento Geral de 1920.

A Lei Estadual nº 843 de 7 de setembro de 1923 alterou o nome do município de Abadia do Bom Sucesso/MG para Tupaciguara/MG. Após, o Decreto Lei Estadual nº 148 de 17 de março de 1938 deu o nome de Araporã ao distrito de Mato Grosso. Assim permaneceu Araporã sendo distrito do município de Tupaciguara/MG até a elevação à categoria de município em 1992, conforme mencionado, onde conseguiu sua emancipação política e desmembramento do município de Tupaciguara-MG (IBGE, 2014).

O distrito de Araporã, cujo povoado denominava-se Alvorada, foi criado em 1938. De acordo com informações da página eletrônica da Prefeitura deste município, a energia elétrica fornecida para Araporã em 1933 procedia de Itumbiara-GO. Com o passar dos anos, Araporã ganhou destaque com seu desenvolvimento agropecuário, além da produção de arroz, milho e feijão, além da cana-de-açúcar, cultura que se destaca nesta cidade. Durante a década de 1960, Araporã ganhou asfaltamento de duas importantes rodovias federais (BR-153 e BR-452), o que propiciou o desenvolvimento desta região.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), atualmente, Araporã-MG conta com uma área de 295,837 km², donde 0,3682 km² são de zona urbana, e 292,155 km² de zona rural. A economia do município gira em torno do ramo industrial hidrelétrico, onde possui instalada, no limite com Itumbiara/GO, uma das unidades da Usina Hidrelétrica de Furnas.

4.1 Áreas atingidas pelo reservatório da Usina de Itumbiara/GO

Para identificar as áreas inundadas pela construção da barragem da Usina hidrelétrica de Itumbiara foi realizado uma análise de todo acervo documental de Furnas e das prefeituras envolvidas. Tem-se que o aproveitamento hidrelétrico de Itumbiara, de Furnas, localizado no rio Paranaíba, a 10 km a montante da Cidade de Itumbiara/GO na divisa dos Estados de Goiás e Minas Gerais, situando-se, aproximadamente, a 800 km do Rio de Janeiro, 600 km de São Paulo e de Belo Horizonte e 300 km de Brasília, interligou a Usina ao Sistema da Região Centro-Sul, conforme levantamento de dados da empresa Furnas.

Verifica-se das análises documentais que foram inundados, na margem direita, no Estado de Goiás, os Municípios de Itumbiara, Buriti Alegre, Água Limpa,

Corumbaíba, Marzagão, Caldas Novas, Cumari e Anhanguera, e na margem esquerda, no Estado de Minas Gerais, os Municípios de Tupaciguara, Uberlândia e Araguari.

As desapropriações, locações de estradas, construções, reconstrução da rede telefônica e de energia elétrica, bem como os trabalhos relativos à conservação do equilíbrio ecológico e preservação da fauna da região foram executados por Furnas. A princípio percebe-se que buscava um desenvolvimento sustentável, conforme (AKKAYA, 1999) e (MILARÉ, 2011).

Os reflexos da construção da UHI e da elevação do Rio Paranaíba em 1976, não ocorre somente em Itumbiara/GO e Araporã/MG (na época distrito de Tupaciguara/MG), mas atinge vários outros Municípios e Vilarejos do Estado de Goiás e Minas Gerais que tiveram suas áreas territorial desapropriadas¹ em virtude da inundação:

Tabela 4 – Número de Imóveis por Municípios e Vilas atingidas no Estado de Goiás

Principais Municípios atingidos na inundação/ Estado de Goiás	Total Geral de Imóveis desapropriados (amigavelmente/judicialmente)	Área em hectare
Água Limpa	04	2.910,29
Buriti Alegre	24	6.585,54
Corumbaíba	130	19.137,56
Caldas Novas	12	460,68
Itumbiara	26	7.406,41

Fonte: Adaptado. (FURNAS, 1979)

Tabela 5 – Número de Imóveis por Municípios e Vilas atingidas no Estado de Minas Gerais

Municípios ou vilas atingidas na inundação/ Estado de Minas Gerais	Total Geral de Imóveis desapropriados (amigavelmente/judicialmente)	Área em hectare
Araguari	136	10.411,29

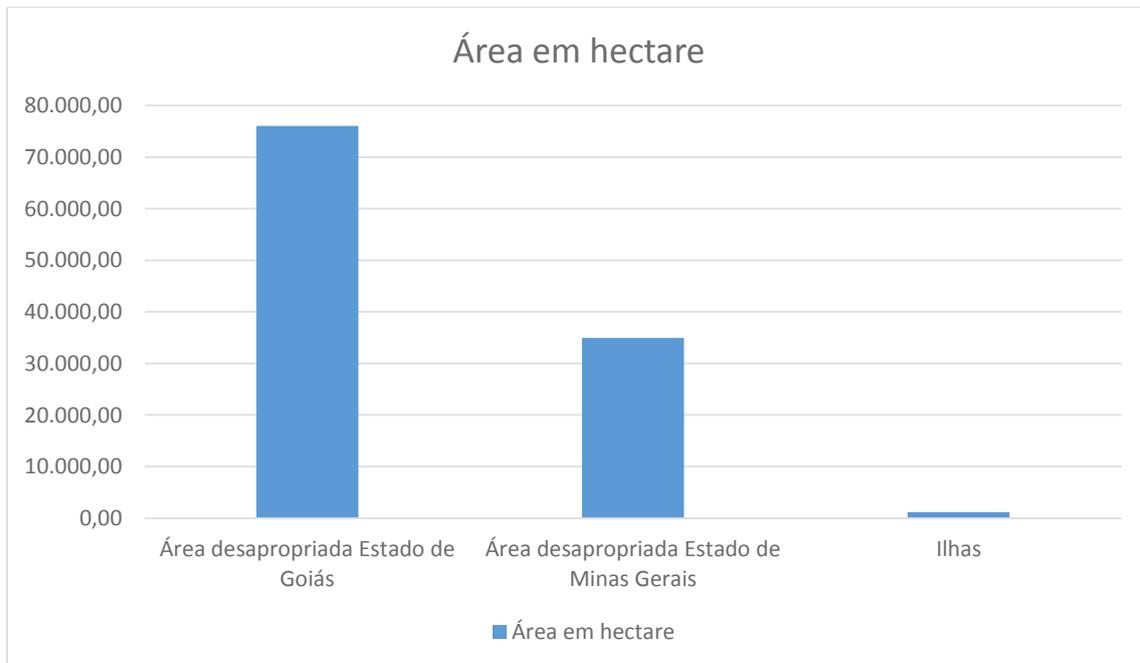
¹ **Desapropriação** é o procedimento pelo qual o Poder Público, fundado na necessidade pública, utilidade pública ou interesse social, compulsoriamente, despeja alguém de certo bem, móvel ou imóvel, adquirindo-o para si em caráter originário, mediante justa e prévia indenização. Fonte: Wikipédia (2016).

Vila Porto Barreiros	53	34,97
Tupaciguara (Araporã – Distrito)	337	24.219,67
Uberlândia	21	287,84
Total	870	34.953,77

Fonte: Adaptado. (FURNAS, 1979)

Feito a devida análise gráfica vislumbra-se, pelo aspecto estadual que o Estado de Goiás teve maior área desapropriada do que o Estado de Minas Gerais, que posterior será objeto de briga judicial com relação ao imposto de circulação de mercadorias e serviços (ICMS), bem como em relação aos royalties.

Gráfico 1 – Áreas atingidas pela elevação do Reservatório de Itumbiara/GO



Fonte: Adaptado. (FURNAS, 1979)

Destaca-se que, apesar da Usina Hidrelétrica levar o nome de Itumbiara, foram Corumbaba/GO e Tupaciguara/MG que perderam maior área em hectares² em números relativos conforme verifica-se nas tabelas 4 e 5.

² Um hectare (conhecido também como hectômetro/hectómetro quadrado hm²), representado pelo símbolo ha, é uma unidade de medida de área equivalente a 100 (cem) ares ou a 10.000 (dez mil) metros quadrados. Fonte: Wikipédia (2016).

Mas feito a análise em números totais percebe-se que o município que perdeu maior área foi o município de Anhanguera/GO que perdeu quase 39 % (trinta e nove por cento) do seu território realizando o cruzamento de dados entre o IBGE e FURNAS ao tempo da construção da barragem.

Para melhor compreensão das áreas atingidas foi feito um comparativo entre à área total dos Municípios em relação a área inundada:

Tabela 6 – Área total e área inundada dos Municípios da região atingida

Municípios	Área total do Município (km²)	Área Inundada (km²)	Proporção da Área inundada (por cento)
Água Limpa/GO	494	31	6,3
Anhanguera/GO	44	17	38,6
Buriti Alegre/GO	1008	74	7,3
Caldas Novas/GO	1791	4	0,2
Corumbaíba/GO	1954	187	9,6
Cumari/GO	577	8	1,4
Itumbiara/GO	3793	43	1,1
Marzagão/GO	214	11	5,1
Nova Aurora/GO	321	6	1,9
Araguari/MG	2774	117	4,2
Tupaciguara/MG	1995	234	11,7
Uberlândia/MG	4040	8	0,2
Total Região Atingida	19006	740	3,7

Fonte: Adaptado (FURNAS, 1976)

Assim, verifica-se o impacto negativo da construção da UHI em outros Municípios que não desfrutaram das benfeitorias da construção da barragem. Além disso, pode-se constatar que o conceito cidade-barrageira pode apresentar problemas para a ocupação urbana de outros municípios, conforme Correia (2001) e Vicentini (1999).

Após levantamento documental, constatou-se também que, na área inundada, os cinco principais grupos de pessoas que sofreram expropriação e forçadas a abandonar suas casas, como fazendeiros, trabalhadores rurais,

habitantes da Vila de Porto Barreiro, parte da população de Anhanguera, além de posseiros e garimpeiros, num total de 3.700.

É importante vislumbrar os impasses sociais provocados pelo realojamento das pessoas afetadas pela a área a inundar pela UHI, bem como, a perda de propriedade associada, mas embora estes impasses possuem interesse científico, estes se encontram fora do âmbito deste trabalho.

4.2 Do impacto populacional da UHI nos municípios de Itumbiara/GO e Tupaciguara/MG

Com a construção das vilas de operários nas cidades de Itumbiara/GO e Araporã/MG (ao tempo distrito de Tupaciguara/MG) o impacto populacional foi imediato tanto na fase inicial com a construção dos alojamentos provisórios, bem como após a construção das vilas permanentes.

Figura 5 – Alojamentos Provisórios em Araporã/MG



Fonte: FURNAS (1975)

Fato importante de destaque é a questão da segregação social, pois as casas com melhores estruturas foram construídas em Itumbiara/GO, conforme Figura 6, para receber os funcionários do corpo administrativo enquanto que as casas germinadas, para receber os funcionários da empreiteira foram construídas em Araporã/MG na época distrito de Tupaciguara/MG.

Figura 6 – Casa da Vila de Itumbiara



Fonte: (FURNAS, 1976)

Figura 7 – Casa da Vila de Araporã



Fonte: (FURNAS, 1976)

A explicação para tal divisão é que no município de Itumbiara/GO a época da construção apresentava melhor infraestrutura, sendo que Araporã/MG (distrito de Tupaciguara/MG) não possuía o mínimo de infraestrutura e estava a uma distância de 55 km de Tupaciguara. Então temos a seguinte indagação. Por que não construiu a barragem somente em Itumbiara? A resposta é que a queda d'água onde realizou-se o represamento por meio da barragem, localiza-se no território de Araporã e também para facilitar a locomoção dos funcionários da empreiteira para o canteiro de obras da UHI, construiu-se a vila em Araporã.

Mas com a construção da UHI no período de 1970 a 1980 em Itumbiara/GO percebe-se inicialmente que a distribuição da população era 48% (quarenta e oito por cento) rural e 52% (cinquenta e dois por cento) urbana isso em 1970, sendo que após a construção em 1980 a população passar a ser 80% (oitenta por cento urbana) e 20% (vinte por cento) rural ocorrendo assim um êxodo do homem do campo para os canteiros de obra da UHI.

Tabela 7 – Quantitativo populacional da cidade de Itumbiara/GO após a sua emancipação

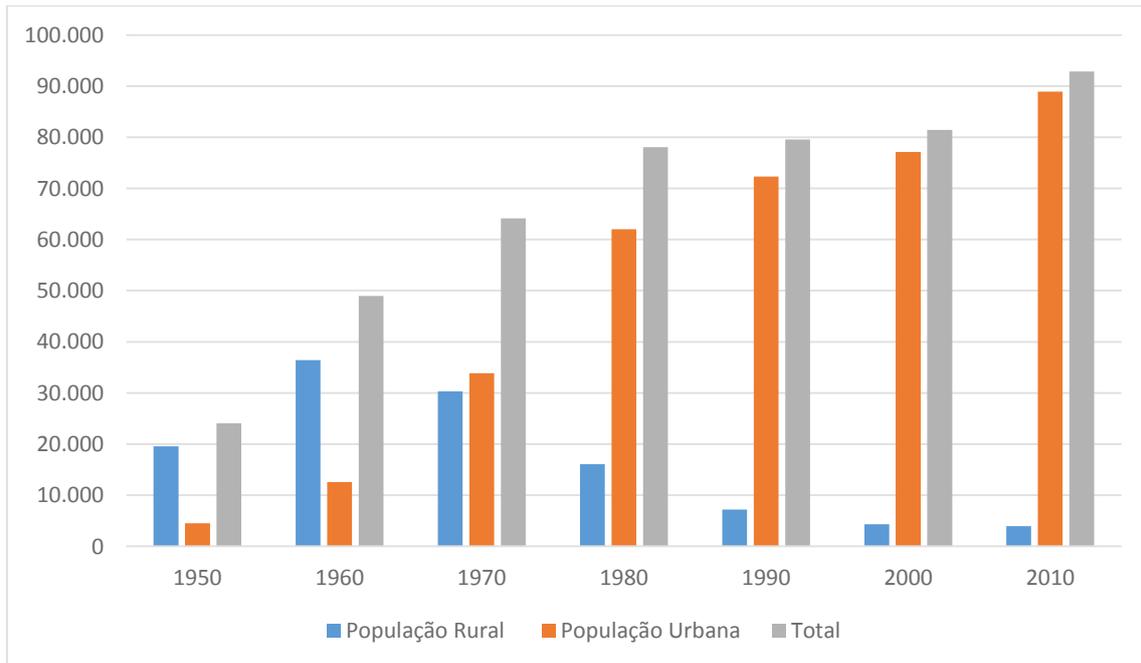
Ano	População Rural	População Urbana	Total
1950	19.569	4.499	24.068
1960	36.404	12.575	48.979
1970	30.295	33.867	64.162
1980	16.039	62.010	78.049
1990	7.198	72.335	79.533
2000	4.307	77.123	81.430
2010	3.941	88.942	92.883

Fonte: Adaptado (IBGE, 2016)

Fato este comprovado também a partir do Gráfico 2, a zona de influência de Christaller (1966) se tornou o grande responsável pelo êxodo rural. Matos (2012) explica que a atração para povoamento se dava em lugares promissores no caso em questão a UHI, pois concentrava-se elementos favoráveis para o processo de urbanização.

Grande parte dessa mão-de-obra da UHI originava-se do meio rural regional, desprovidas de qualificação profissional. Esse processo resultou no intenso êxodo rural em razão das oportunidades de trabalho, reais ou ilusórias, junto ao empreendimento que absorvia grande contingente de mão-de-obra.

Gráfico 2 – Variação da população de Itumbiara/GO de 1950 a 2010



Autor: NOGUEIRA (2016)

A questão populacional de Araporã/MG é um pouco diferenciada, pois é dividida em dois momentos, Araporã (como distrito de Tupaciguara) e Araporã, após a sua emancipação primeiramente apresentamos o quantitativo populacional de Tupaciguara/MG no período da construção da UHI, conforme Tabela 8:

Tabela 8 – Quantitativo populacional da cidade de Tupaciguara/MG antes da emancipação de Araporã/MG

Ano	População Rural	População Urbana	Total
1950	16.181	4.990	21.171
1960	14.952	11.247	26.199
1970	11.639	13.488	25.127
1980	7.641	17.600	25.241

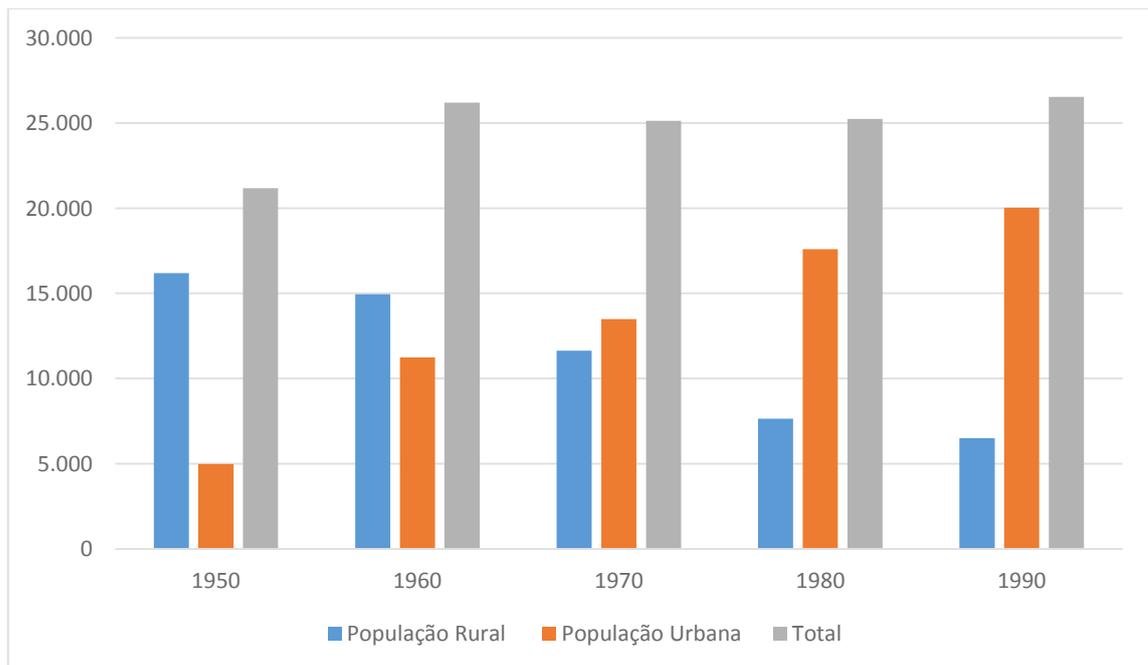
1990	6.497	20.030	26.527
------	-------	--------	--------

Fonte: Adaptado (IBGE, 2016)

Percebe-se que o mesmo fenômeno que ocorreu em Itumbiara/GO também aconteceu em Tupaciguara/MG, qual seja o êxodo rural, pois em 1970 temos 46% (quarenta e seis por cento) da população é rural e 54% (cinquenta e quatro por cento) é urbana, sendo que em 1980 o cenário muda para 30% (trinta por cento) população rural e 70% (setenta por cento) população urbana.

Fato este comprovado também a partir do Gráfico 3, ou seja, a zona de influência de Christäller (1966) se tornou o grande responsável pelo êxodo rural.

Gráfico 3 – Variação da população de Tupaciguara/MG de 1950 a 1990



Autor: NOGUEIRA (2016)

Mas um fato de extrema relevância é a diminuição da população total de 26.199 em 1960 para 25.127 em 1970, fato que se deu em razão do processo expropriante para construção da barragem, que ocorreu na Vila do Porto dos Barreiros:

Figura 8 – Residência original da Vila do Porto dos Barreiros



Fonte: FURNAS (1976)

Com a emancipação de Araporã/MG em 1992 passamos a analisar este de maneira individualizada conforme abaixo:

Tabela 9 – Quantitativo populacional da cidade de Araporã/MG

Ano	População Rural	População Urbana	Total
2000	488	4.821	5.309
2010	246	5.898	6.144

Fonte: Adaptado (IBGE, 2016)

Não se vislumbra neste momento o fenômeno do êxodo rural, pois este ocorreu em momento anterior no município de Tupaciguara/MG. É relevante perceber que o município de Araporã-MG possui um histórico peculiar desde a sua emancipação: como a Usina Hidrelétrica de Furnas e a Usina Alvorada já se encontravam em operação desde 1981 e 1972, respectivamente, o Araporã foi desmembrada já com uma potencialidade econômica certa, isto é, desde a emancipação municipal em 1992, as duas bases mais importantes da economia já lhe renderam desde já possibilidades econômicas.

Acompanhando a mesma trajetória, a relação do PIB com a população araporense, perceptível é o destaque do município neste período de tempo em

análise. Justamente neste lapso temporal, o município figurou entre as cidades brasileiras do interior com maior proporção de PIB por pessoa conforme demonstrado na Tabela 11:

Tabela 10 – Evolução PIB per capita Araporã-MG no Período de 2000-2010

Ano	PIB PER CAPITA (R\$)
2000	63.040,49
2001	55.322,52
2002	65.511,81
2003	102.182,23
2004	138.934,80
2005	152.780,35
2006	192.237,69
2007	196.519,93
2008	159.440,95
2009	113.428,50
2010	149.981,43

Fonte: DATASUS (2013)

Estes dados apresentados contrastavam com a realidade da indústria brasileira, onde segundo Cano (2011), a participação desta natureza no PIB brasileiro apresentou queda significativa no período 2003-2010 por causa da crise internacional, atingindo 15,7% em 2010.

Em outras palavras, ao analisar o município de Araporã/MG durante o período do ano 2000 a 2010, constatou-se significativo crescimento econômico (evidenciado pelo Produto Interno Bruto – PIB municipal).

Notadamente, considerando tais aspectos, a razão de tal disparate reside na má distribuição de renda. Neste período, houve franco incentivo do governo brasileiro no tocante às políticas sociais para correção das desigualdades sociais e distribuição de renda. Programas dirigidos à população mais miserável em forma de transferência de renda, políticas públicas que objetivavam fomentar o empreendedorismo e desenvolvimento econômico ilustram, segundo Almeida (2004), estas tentativas governamentais.

Não foi possível associar que o crescimento econômico de Araporã/MG seguiu o esquema teórico descrito por Perroux (1977), já que as forças centrífugas e centrípetas não constituíram clusters de empresas em Araporã/MG

Por outro lado, a realidade industrial araporense não atraiu profissionais diferenciados. A Usina Hidrelétrica de Furnas, por ser empresa estatal, tem o perfil de demandar profissionais de categorias específicas através de concurso público. Até há trabalhadores não concursados em seu quadro de trabalhadores, porém são aqueles cargos de qualificação e remuneração menor, geralmente lá inseridos através de empresa terceirizada (as quais necessariamente prestam serviços alheios à atividade-fim).

Quando ofertadas oportunidades de emprego formal com expressão de rentabilidade mais alta, geralmente tais vagas foram preenchidas por um profissional melhor qualificado residente principalmente em Itumbiara/GO, município de proporções urbanas maiores.

Neste caso, a cidade de Itumbiara/GO, com uma população em 2010 de 92.883 (IBGE, 2014), tem sido a cidade de atração por sua zona de influência em relação a Araporã/MG.

A zona de influência de Christaller (1966) se tornou o grande responsável pelos índices menos expressivos quanto à emprego e renda de Araporã. Intrinsecamente, tal quesito possui uma mobilidade e um vetor diferente (a renda pode ser fornecida em diversos locais, atraindo onde melhor pagar, e gasta onde for o interesse do indivíduo, geralmente em locais com melhores e amplas opções de lazer) em relação aos demais fatores, educação e saúde, já que estes últimos representam serviço fixo e permanente do Estado em favor do indivíduo.

4.3 Da reestruturação urbana de Itumbiara/GO e o isolamento geográfico de Araporã/MG

Com a construção da UHI ocorreu uma reestruturação do espaço urbano de Itumbiara/GO e o isolamento geográfico da Vila de Araporã/MG em relação a Tupaciguara/MG. Tais fatos do isolamento da Vila de Araporã/MG no início da construção da UHI se deu por falta de opções de comércio e serviços, bem como

pela distância de 55 km de Tupaciguara/MG. Alguns pontos a destacar relacionam-se também à falta de atividades de lazer em Araporã/MG.

A zona de atração se transformou em Itumbiara/GO, pois este possuía infraestrutura para atender a população da vila de Araporã/MG, bem como a própria cidade, conforme Christaller (1966). Na Figura 9 e 10 respectivamente é perceptível o isolamento da Vila de Araporã/MG e a proximidade da Vila de Itumbiara/GO com a própria cidade:

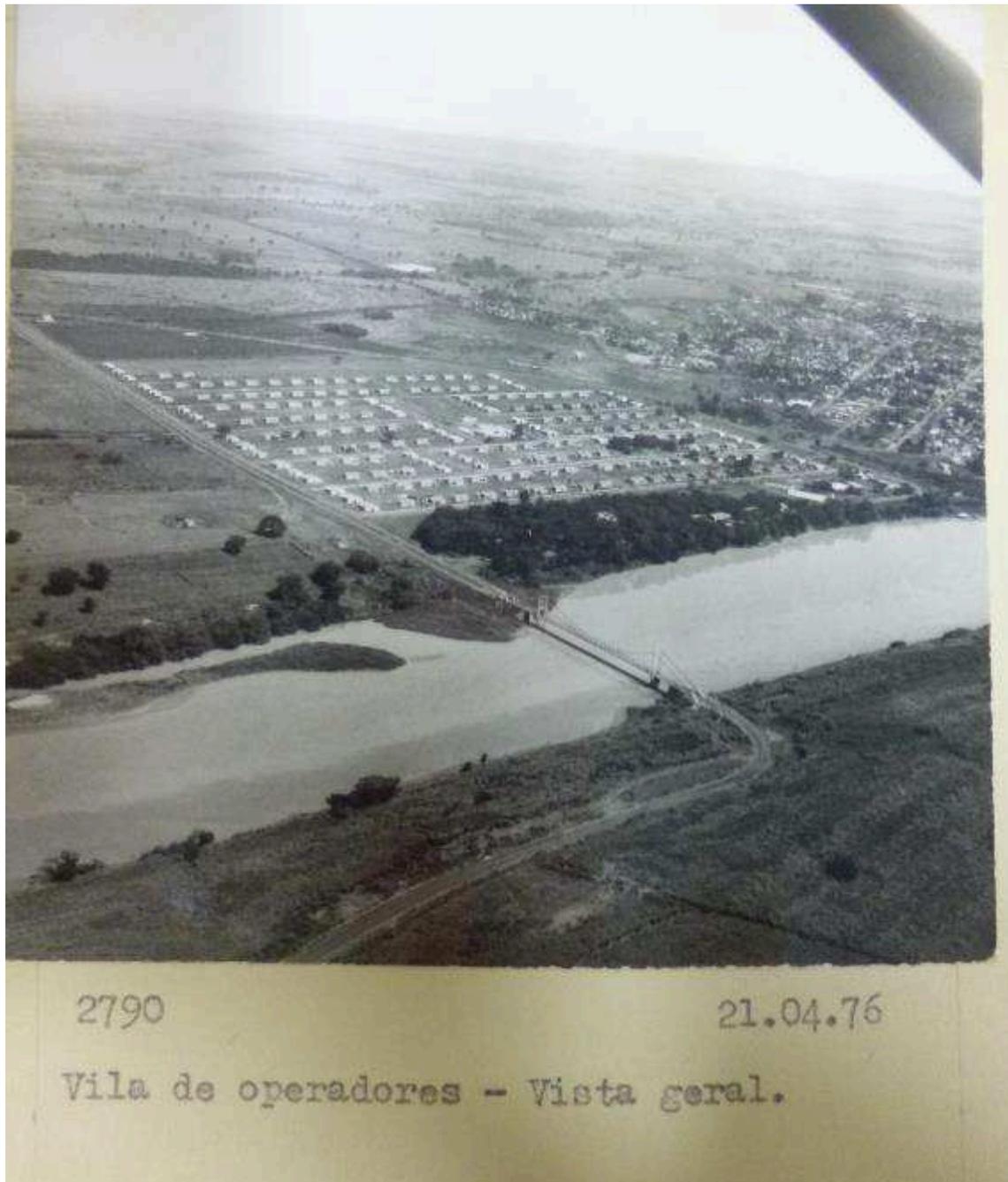
Figura 9 – Visão Geral da Vila de Araporã/MG



Fonte: (FURNAS, 1975)

Na Figura 10 fica evidente a proximidade da Vila de Itumbiara/GO com o centro da cidade de Itumbiara/GO:

Figura 10 – Visão Geral da Vila de Itumbiara/GO

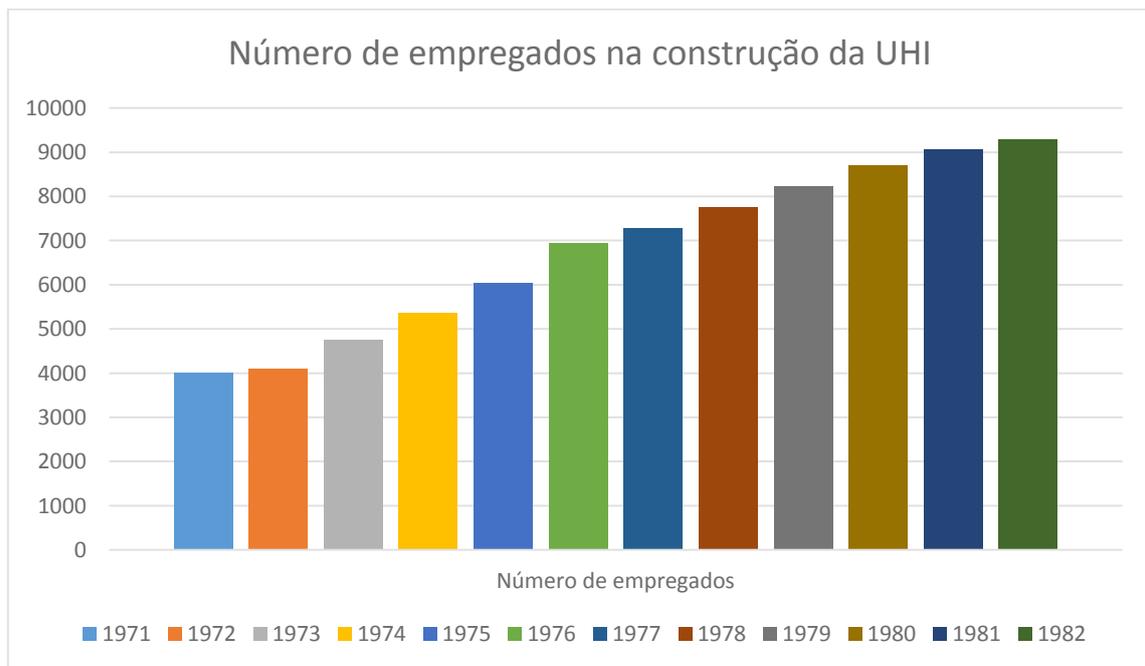


Fonte: FURNAS (1976)

Assim dos 3.999, funcionários, (FURNAS, 1971) no início da construção estes buscaram lazer e toda infraestrutura no município de Itumbiara/GO, e tal

quantitativo foi aumentando de 1971 a 1982, conforme os dados oficiais do Departamento de Segurança e Higiene Industrial de Furnas:

Gráfico 4 – Número de empregados na construção da UHI período de 1971 a 1982



Fonte: FURNAS (1989)

Importante frisar que estes números são os oficiais, sendo que tais valores podem ser muito maiores em razão da mão-de-obra informal que não é contabilizada. Ressalta-se que a ligação direta da Vila de Itumbiara/GO e a Vila de Araporã/MG não existia, conforme Figura11, sendo necessário a recolocação da Ponte Pênsil Affonso Pena para facilitar a circulação e o transporte entre os municípios, bem como para gerar celeridade no transporte para UHI.

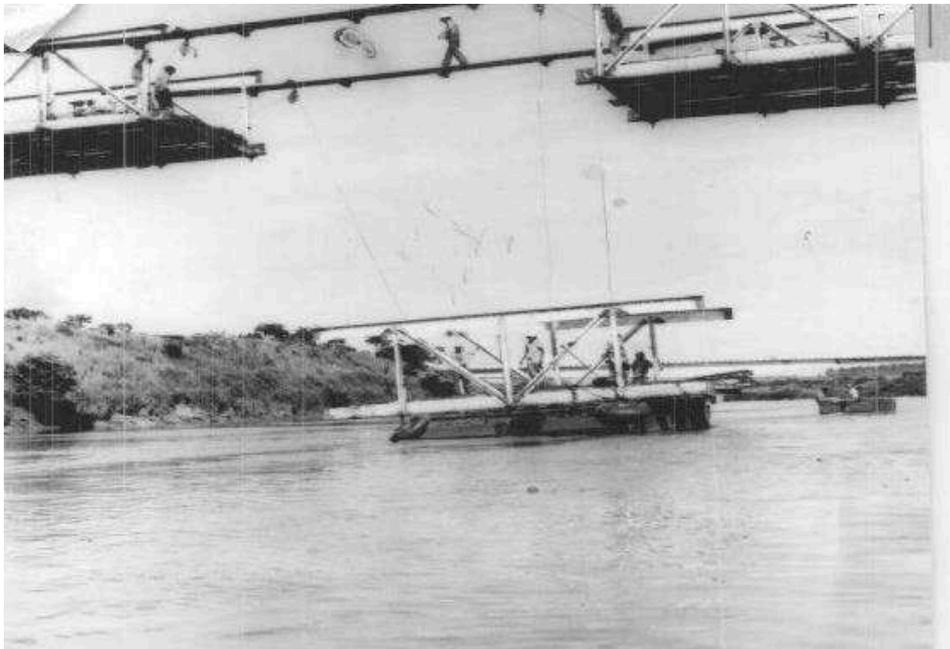
Neste contexto destaca-se também a questão do lazer que posteriormente será discutida no presente trabalho conforme afirma (LIMA,1995), sendo que a questão do lazer, não se restringe apenas à existência de condições ambientais favoráveis, como a existência de praias, rios, lagoas e reservas florestais, sendo necessária, nas cidades, a implantação de certos sistemas de circulação, infraestrutura, parques, que permitam os seus usos pelo cidadão no tempo livre disponível.

Figura 11 – Vista Geral antes da recolocação da Ponte Pênsil Affonso Pena



Fonte: (FURNAS, 1970)

Figura 12 – Processo de recolocação da Ponte Pênsil Affonso Pena



Fonte: (FURNAS, 1970)

Ressalta-se hoje que a citada ponte é patrimônio nacional histórico tombado pelo IPHAN:

A ponte Affonso Penna, considerada a mais antiga ponte pênsil do Brasil, que liga as cidades de Itumbiara (GO) e Araporã (MG), sobre o Rio Paranaíba, foi tombada pelo Patrimônio Histórico e Artístico Cultural (IPHAN). Considerada um marco para a integração do Estado de Goiás à vida econômica do País, a ponte foi inaugurada em novembro de 1909. Ela significa a integração centro-sul na era da Revolução Industrial e, ainda hoje, é considerada um dos símbolos mais importantes da cidade de Itumbiara e de Goiás. Foi por ela que entrou o primeiro automóvel no Estado, em 1916, quando um comerciante de Itumbiara levou para a cidade um carro e dois caminhões Ford para dinamizar o transporte de mercadorias. (Fonte: IPHAN: acesso dia 01/02/2016 <http://portal.iphan.gov.br/atasConselho>)

É importante destacar que a ponte Affonso Penna, de acordo com o IPHAN (2016), teve um papel fundamental nos projetos de interiorização do Brasil e da construção de Brasília, pois cerca de 80% do material utilizado na construção da nova capital do país passaram pela ponte. A ponte possui 158 metros de comprimento e 48 de largura, em uma estrutura de ferro e tabuado de madeira, recebendo o status de “ponte pênsil” por ser fixa em dois pontos e inteiramente suspensa por cabos de aço.

Em função da construção da usina hidrelétrica de Furnas no Rio Paranaíba, uma nova ponte, nomeada Ciro de Almeida, foi construída para ser o novo elo entre Minas Gerais e Goiás, com maior tamanho e estrutura de concreto, o que desativou a ponte Affonso Penna por certo período. Porém, em 1974, a usina precisava reativar a ponte em desuso para ligar a vila dos engenheiros (localizada do lado de Itumbiara), até a vila operária, construída em Araporã. Assim, segundo o IPHAN (2016), a ponte Affonso Penna teve que ter toda a sua estrutura de ferro e de aço cuidadosamente desmontada, reformada e transportada por 2,5 quilômetros rio abaixo por barcaças até o local onde seria novamente montada.

Para Zingoni (2002), a ponte Affonso Penna é um elemento importante que integra o capital físico da cidade, e que fomenta o turismo na região. Em virtude dessa ligação direta dos dois municípios, tem-se uma reordenação urbana local, pois os cidadãos integrantes de Araporã/MG foram contemplados com toda estrutura da cidade de Itumbiara/GO surgindo um fluxo pendular entre as cidades. Assim, encontramos uma das explicações para o processo de emancipação do município de Araporã/MG.

Aqui nasce outra indagação: Por que Araporã/MG não foi integrada ao município de Itumbiara/GO? Tal explicação encontra-se na própria composição brasileira, qual seja, o pacto federativo que veda a integração de um município a outro, de unidades políticas diferentes.

Já na cidade de Itumbiara/GO houve todo um movimento que inflaciona o mercado imobiliário local, pois recebeu todo o novo mercado consumerista produzido pela construção da UHI.

4.4 Do impacto ambiental em Itumbiara/GO e Araporã/MG

Compatibilizar meio ambiente com desenvolvimento significa, conforme análise de Milaré (2011), a ação concreta não sendo feita a base de crescimento a qualquer preço. O desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas necessidades podendo também ser empregados com o significado de melhorar a qualidade de vida humana dentro dos limites da capacidade de suporte dos ecossistemas.

O princípio constitucional da sustentabilidade determina como senso antecipatório, prevenção e precaução, transferindo para o empreendedor da atividade potencialmente perigosa o ônus de demonstrar a segurança do empreendimento a produzir o desenvolvimento ecologicamente equilibrado.

Sustentabilidade, conforme (FREITAS,2011) é o princípio constitucional que determina, independentemente de regulamentação legal, com eficácia direta e imediata, a responsabilidade do Estado e da sociedade pela concretização solidária do desenvolvimento material e imaterial, socialmente limpo, inovador, ético, durável e equânime, ambientalmente limpo, inovador, ético e eficiente, no intuito de assegurar preferencialmente de modo preventivo e precavido no presente e no futuro, o direito ao bem estar físico, psíquico e espiritual, em consonância homeostática com o bem de todos.

Neste contexto, com escopo de preservação, durante a construção da UHI, para resguardar a primeiramente a empresa, bem como, as espécies atingidas pela inundação do reservatório foi feito todo um processo de captura de animais na área de refúgio, conforme o quadro de salvamento abaixo:

Quadro 5 – Quadro de salvamento de espécies durante a inundação do reservatório na área de refúgio

Espécie	Quantidade de exemplares
Tamanduá bandeira	2
Tamanduá mirim	6
Coelho-do-mato	2
Gambá	1
Macaco	27
Morcego	8
Ouriço-cacheiro	199
Preá	3
Preguiça	4
Quati	7
Rato-d'água	51
Rato-do-mato	13
Sagui	715
Tatu-bola	2
Tatu-galinha	7
Tatu-peba	2
Cascavel	275
Caiçaca	96
Jararacuçu	119
Coral	15
Jararaca	4
Diversas cobras	760

Fonte: FURNAS (1976)

As espécies foram encaminhadas para áreas previamente escolhidas, nas diferentes regiões, para libertação dos animais capturados. Observa-se que não foi mensurado o dano ocasionado a fauna e flora tanto terrestre como aquática. Estas ações somente foram feitas em razão da própria legislação brasileira exigir tal medidas, conforme verifica-se na Tabela 1, citada na Revisão Bibliográfica.

Desse modo, a responsabilidade do Estado merece ser reconceituada como o dever das pessoas jurídicas de direito público e de direito privado prestadoras de serviço público de prevenir danos incidentes sobre as atuais e

futuras gerações e se for inevitável, indenizar e compensar, independentemente de considerações sobre culpa ou dolo todos os danos materiais e imateriais, individuais, causados desproporcionalmente a terceiros por seus agentes, nessa qualidade por ação ou omissão.

Percebe-se da Tabela 6 que a área total inundada foi de 740 km² sendo que desses 43 km² foi de Itumbiara e 234 km² de Araporã/MG (na época distrito de Tupaciguara/MG). Para minimizar as ações de desmatamento provocadas pela UHI foi feita toda uma propaganda institucional, para evitar possíveis ações judiciais evitando porventura futuras ações de indenizações:

Figura 13 – Boletim Informativo de Furnas



Fonte: FURNAS (1981)

4.5 Do impacto na qualidade de vida nos municípios de Itumbiara/GO e Araporã/MG

A qualidade de vida envolve vários elementos que englobam a rede de tratamento e saneamento básico, a saúde e o lazer, neste sentido a construção da

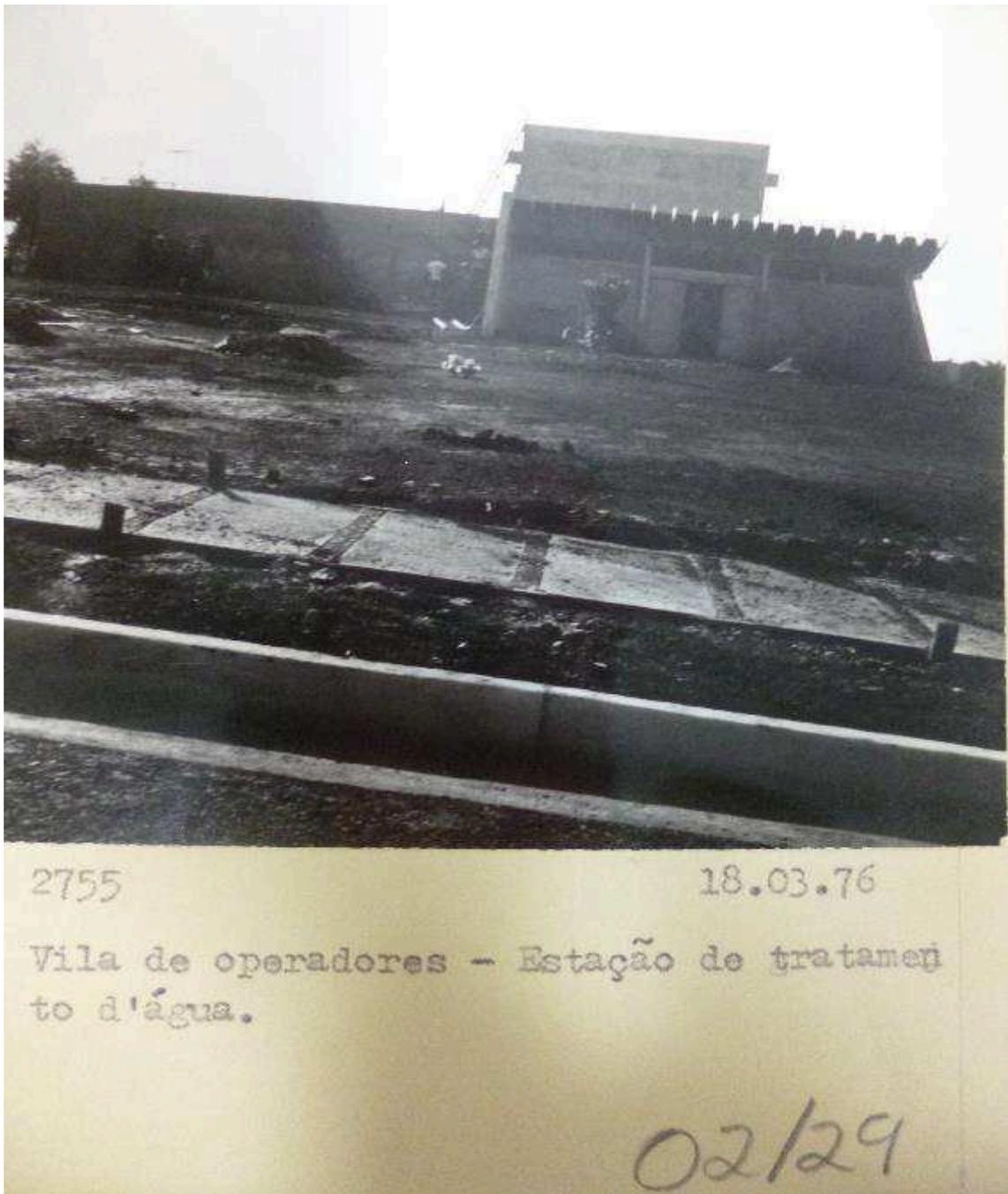
UHI fomentou elementos de qualidade de vida para as vilas de Araporã e Itumbiara. Inicialmente apresentamos a rede de saneamento básico que foi instalada por Furnas em ambas as vilas:

Figura 14 – Construção da Estação de Tratamento de Água em Araporã.



Fonte: FURNAS, 1975

Figura 15 – Construção da Estação de Tratamento de Água em Itumbiara/GO



Fonte: FURNAS (1976)

O saneamento básico, a saúde e o lazer são condições indispensáveis para atingir os objetivos traçados nas políticas sociais projetadas para alcançar as metas nacionais de crescimento econômico, no caso em questão a ideia desenvolvimentista traçada pelo PND I e II e de bem-estar, inclusive o desenvolvimento social e o da saúde.

É importante destacar que a implementação da rede de saneamento básico é considerada benéfica tanto para o indivíduo como para a própria

organização. E isso porque tal rede não existe, pois, as prefeituras municipais não tinham implementado tal estrutura. Temos então que tal prática corrobora com a ideia de (AKKAYA, 1999).

O acesso a água tratada é fundamental para a melhoria das condições de saúde e higiene. Trata-se de um indicador importante, tanto para a caracterização da qualidade de vida da população, quanto para o acompanhamento de políticas públicas de saneamento ambiental.

O esgotamento sanitário adequado é fundamental na avaliação da qualidade de vida e das condições de saúde da população, o acesso ao esgoto sanitário adequado é essencial para o controle e a redução de doenças. É um indicador importante tanto para a caracterização da qualidade de vida da população residente em um território quanto para o acompanhamento das políticas públicas de saneamento ambiental, (IBGE, 2012). O abastecimento de água potável, o esgoto sanitário e a coleta de resíduos são alguns serviços que melhoram a qualidade de vida das comunidades, bem como a estrutura da saúde local.

A saúde como foco principal sob as bases da soberania e da cidadania, relacionando-as diretamente com o desenvolvimento social sustentados pela ideia desenvolvimentista nacional. Em relação ao conceito de saúde, a Constituição Federal de 1988 definiu a desmercantilização do acesso à saúde, destacando sua importância social como elemento estruturante do estado de bem-estar e condição básica de cidadania para a população.

A saúde é um importante meio de oportunidade de transformação estrutural, contribuindo em longo prazo para o desenvolvimento nacional, se firmando como um modelo onde dinamismo econômico, inovação e bem-estar.

E neste contexto além da rede de saneamento básico foi inserido na cidade de Itumbiara/GO um hospital denominado como ambulatório para atender a demanda dos trabalhadores na Região, conforme a Figura 16:

Figura 16 – Construção do Ambulatório Médico em Itumbiara/GO



Fonte: FURNAS (1976)

O reconhecimento da importância estratégica de saúde, inclusive no âmbito social local de Itumbiara/GO e Araporã/MG, corrobora com a lógica econômica e a sanitária desse complexo, conforme (SPIRDUSO, 2005).

4.6 Da estrutura hoteleira inserida em Itumbiara/GO

Assim, uma organização inovadora sustentável “não é a que introduz novidades de qualquer tipo, mas novidades que atendam as múltiplas dimensões da

sustentabilidade em bases sistemáticas e colham resultados positivos para ela, para a sociedade e o meio ambiente” (BARBIERI, 2007, p. 105).

Não basta, para as empresas, apenas inovar constantemente, mas inovar considerando as três dimensões da sustentabilidade, a saber:

- Dimensão social: preocupação com os impactos sociais das inovações nas comunidades humanas dentro e fora da organização (desemprego; exclusão social; pobreza; diversidade organizacional etc.);

- Dimensão ambiental: preocupação com os impactos ambientais pelo uso de recursos naturais e pelas emissões de poluentes;

- Dimensão econômica: preocupação com a eficiência econômica, sem a qual elas não se perpetuariam. Para as empresas essa dimensão significa obtenção de lucro e geração de vantagens competitivas nos mercados onde atuam.

Considerando os conceitos citados, entende-se que para que haja desenvolvimento é necessário analisar diversos fatores não só econômicos, mas também fatores que estão interligados com as questões sociais e ambientais.

Entre uma das questões que podem ser suscitadas neste contexto era a questão da celeridade e da recepção dos trabalhadores sazonais que eram recebidos tanto em Itumbiara/GO e Araporã/MG. Para garantir uma maior celeridade do tráfico dos funcionários do alto escalão de empresa foi construído um aeroporto bem como um Hotel em Itumbiara/GO para recepcionar tais trabalhadores.

Figura 17 – Hotel construído em Itumbiara/GO



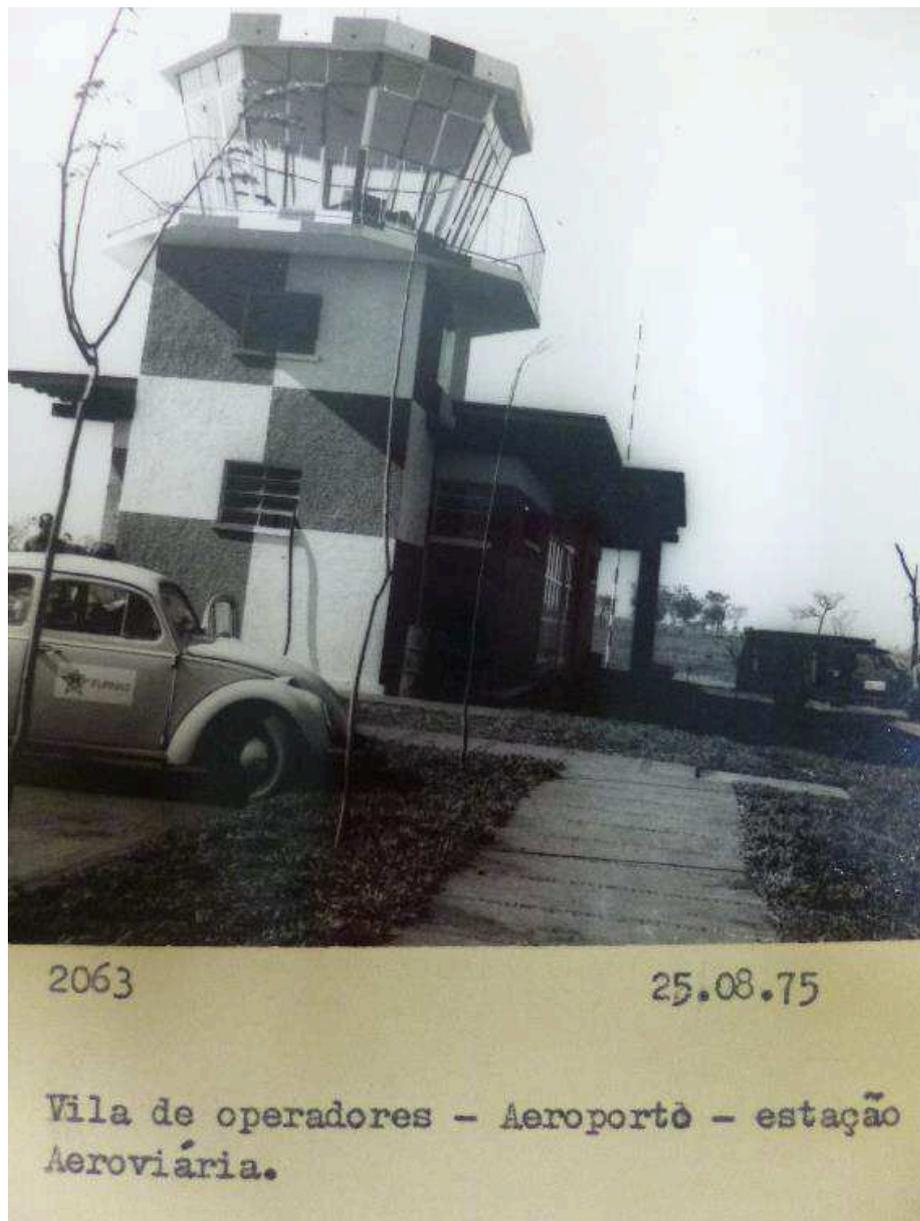
Fonte: FURNAS (1975)

O Hotel de Itumbiara/GO recebia os funcionários do administrativo da UHI enquanto os demais funcionários braçais ficavam nos alojamentos de Araporã/MG, citado na Figura 5.

Outro aspecto importante é que a propriedade do Hotel da Figura 17 foi entregue para o município de Itumbiara/GO, sendo que tal fato será tratado é tópico

posterior. Neste contexto é importante frisar que a UHI construiu um aeroporto para facilitar a circulação interna dos seus funcionários do administrativo que não gerava nenhum ônus para os trabalhadores. Posteriormente a propriedade também do Aeroporto de Itumbiara/GO foi transferida para a prefeitura de Itumbiara/GO.

Figura 18 – Construção do Aeroporto da Vila de Itumbiara/GO



Fonte: FURNAS (1975)

4.7 Da inserção de estrutura de lazer no município de Itumbiara/GO

O lazer, sendo uma atividade geralmente associada ao repouso, à diversão, ao desporto, ao acesso à cultura e a natureza deve ser concebido e praticado como meio privilegiado de desenvolvimento individual e coletivo. As atividades lúdicas devem respeitar a igualdade entre homens e mulheres, devem tender a promover os direitos humanos e especialmente os direitos particulares dos grupos mais vulneráveis, que fomentam também a qualidade de vida e o desenvolvimento.

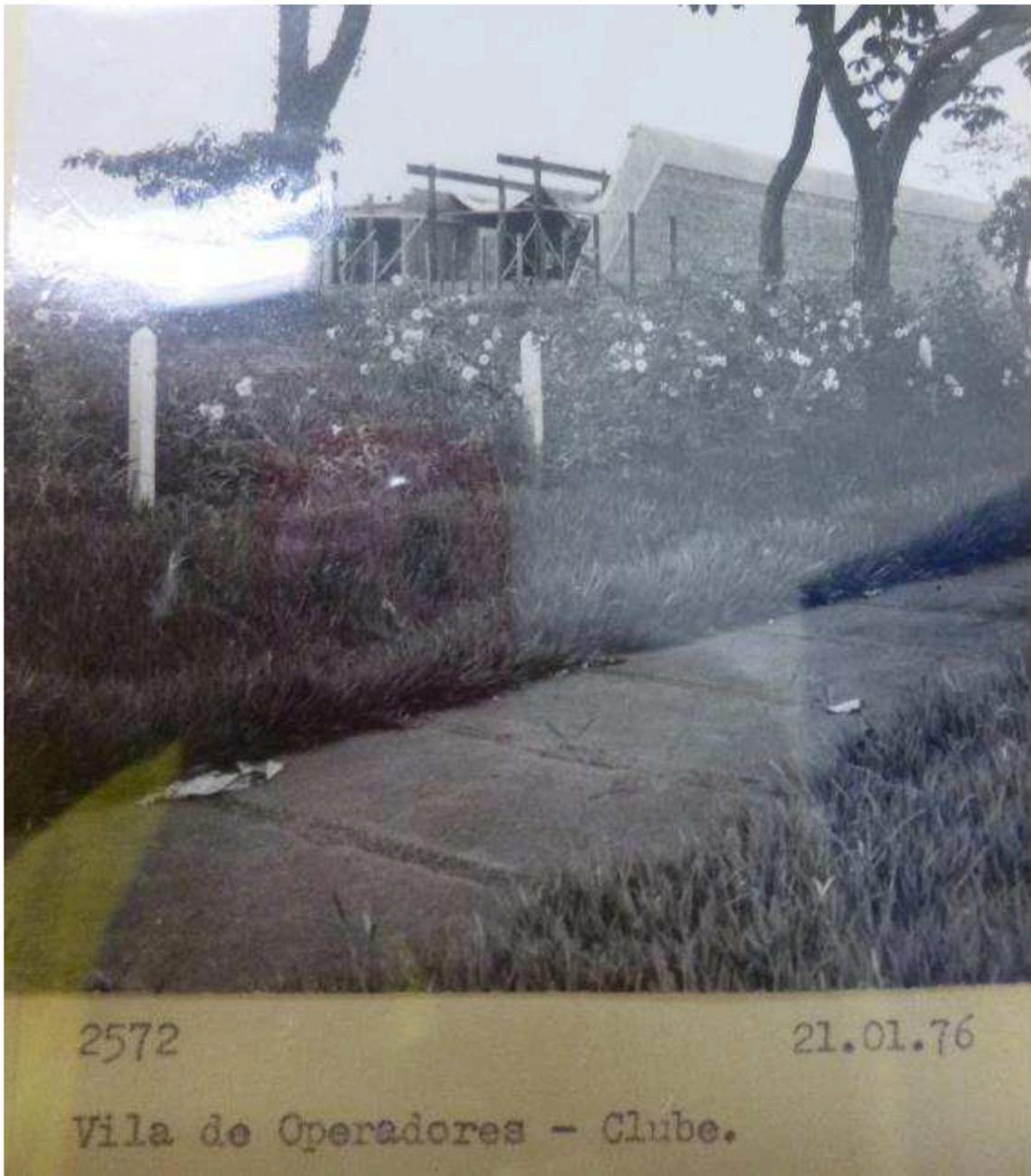
Assim, pensar em desenvolvimento de políticas de lazer direcionada à saúde é pensar em uma política participativa do Município e Empresas integrando o esporte, a educação e segurança incluindo o cidadão como parte integrante do processo, conforme o entendimento de (PINTO, 2008).

Temos que a construção da UHI trouxe vários elementos para beneficiar a estrutura de lazer tanto do município de Itumbiara/GO e Araporã/MG. Ressalta-se que o lazer proporciona um alívio para as tensões que adquirimos durante o trabalho, sabemos que os estresses nos levam a alguns conflitos que são relacionados aos fenômenos social da vida, assim a pratica de algumas atividades de lazer, nos trará um relaxamento aumento assim a nossa qualidade de vida.

O lazer tem papel importante qualidade de vida do ser humano/cidadão e especialmente do trabalhador, pois a sua ausência afeta diretamente o estado emocional, a saúde, o bem-estar e o desenvolvimento pessoal do indivíduo. É importante destacar que a implementação de equipamentos de lazer é considerada benéfica tanto para o indivíduo como para a própria organização, qual seja, a própria UHI. E isso porque tal iniciativa favorece o desenvolvimento de um clima em que o trabalhador se sente parte da organização, procurando contribuir com o sucesso desta.

Corroborando com esta ideia, Spirduso (2005) apresenta os elementos que formam a qualidade de vida, é importante para este trabalho o destaque para os fatores da atividade física, social e recreativo e fatores cognitivos e emocionais elementos que estão inseridos na dimensão do lazer. Neste contexto insere-se a construção do clube de Itumbiara/GO:

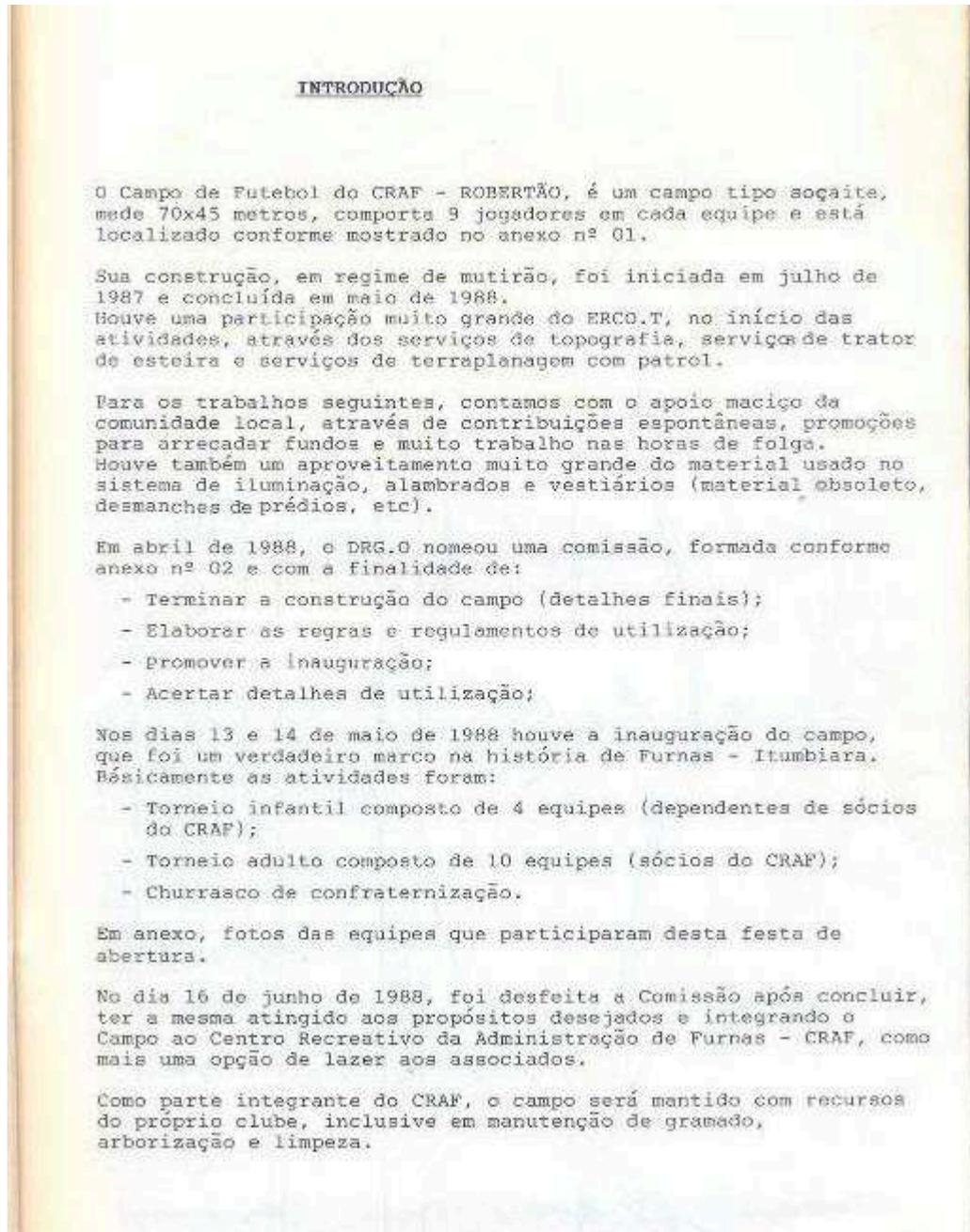
Figura 19 – Construção do Clube em Itumbiara/GO



Fonte: FURNAS (1976)

Os equipamentos de lazer fomentam a integração social entre várias faixas etárias, bem como a diversidade de classes econômicas, neste sentido a inserção de tal estrutura favorece a qualidade de vida no âmbito municipal. Neste sentido foi inserido também um campo de futebol em Itumbiara/GO, conforme as Figuras 20 e 21:

Figura 20 – Documento de Inauguração do Campo de Futebol na Vila de Itumbiara/GO



Fonte: FURNAS (1988)

Figura 21 – Jogo de inauguração do Campo de Futebol na Vila de Itumbiara/GO



FOTO nº 01 - Vista Panorâmica do Campo de Futebol
SOÇAITE



FOTO nº 02 - Detalhe da Faixa de Inauguração
elaborada pelos funcionários

Fonte: FURNAS (1988)

Tais equipamentos favorece o elemento do desenvolvimento social dentro do espaço urbano e o lazer entra como uma das variáveis desse processo de integração.

4.8 Do capital que favorece o turismo nos Municípios de Itumbiara/GO e Araporã/MG

O turismo, atividade geralmente associada ao repouso, à diversão, ao desporto, ao acesso à cultura e a natureza deve ser concebido e praticado como meio privilegiado de desenvolvimento individual e coletivo. As atividades turísticas devem respeitar a igualdade entre homens e mulheres, devem tender a promover os direitos humanos e especialmente os direitos particulares dos grupos mais vulneráveis. Zingoni (2002) enumera os vários tipos de capitais favorecem o turismo, tais elementos demonstram a sua magnitude enquanto atividade econômica e seu efeito multiplicador.

Nessa dimensão econômica, ele parece ser extremamente rentável, mas tal simplicidade abarca outros custos que devem ser considerados. Os custos de cunho social, cultural e o ambiental, e que denotam uma complexidade e aspectos multicausais, pois a visitação às localidades receptoras gera implicações positivas e negativas. Sendo assim, apesar de Itumbiara/GO e Araporã/MG apresentarem potencialidades turísticas, essas ainda não são aproveitadas. Uma delas é a própria barragem quando tem as suas comportas abertas ou fechadas:

Figura 22 – Comportas abertas da UHI



Fonte: FURNAS (2005)

Figura 23 – Usina Hidrelétrica de Itumbiara/GO



Fonte: FURNAS (2005)

Outros pontos que poderiam ser objetos da atividade turística ainda não foram aproveitados como a Ponte Pênsil Affonso Pena:

Figura 24 – Ponte Pênsil Affonso Pena Itumbiara/GO

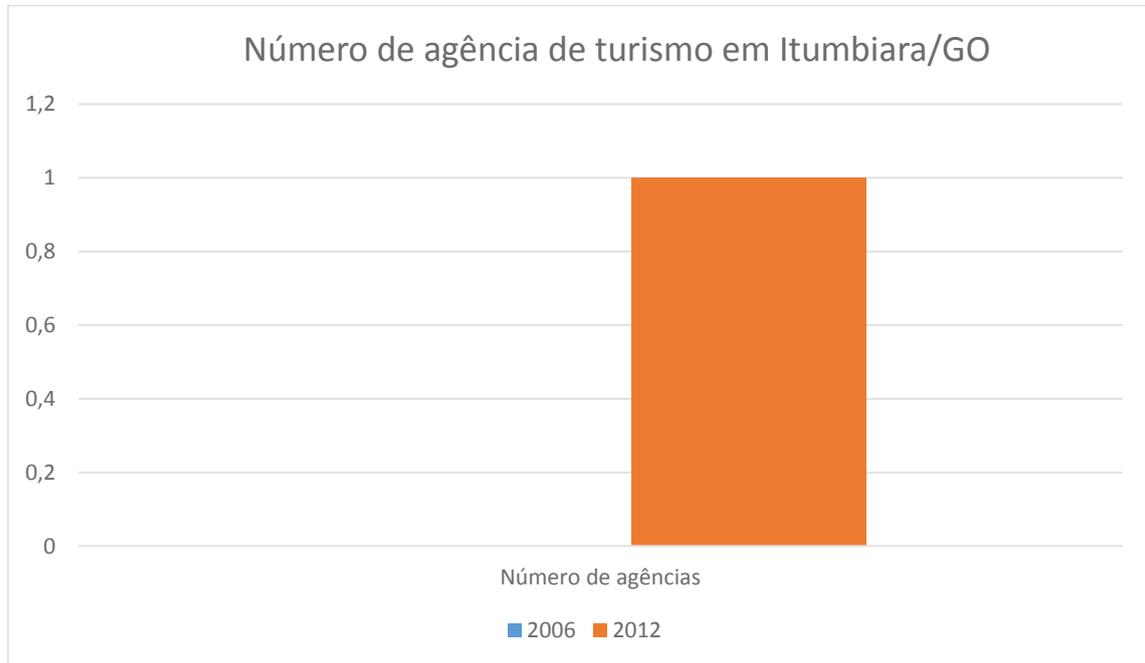


Fonte: NOGUEIRA (2016)

Assim, o turismo, como atividade econômica conhecida como “indústria turística”, implica em: uma estrutura com atenção voltada aos desejos do turista, constituída por agências ou operadoras e guias que organizam a viagem; equipamentos receptores no local de destino, os serviços oferecidos ao turista e todo enredo de inter-relações entre os turistas e residentes do local visitado, ainda não é aproveitado da devida maneira, apesar de Itumbiara/GO localizar-se em região própria para tal atividade.

Figura 25 – Regiões Turísticas do Estado de Goiás

Gráfico 5 – Número de Agências de turismo em Itumbiara/GO



Fonte: AGETUR (2012)

Os componentes do gráfico acima apresentam índices do seguimento de informações, entidades e associações turísticas. Em 2012, Itumbiara possui o CAT - Centro de Atendimento ao Turista, localizado no Palácio das Águas na avenida Beira Rio, setor Nova Aurora.

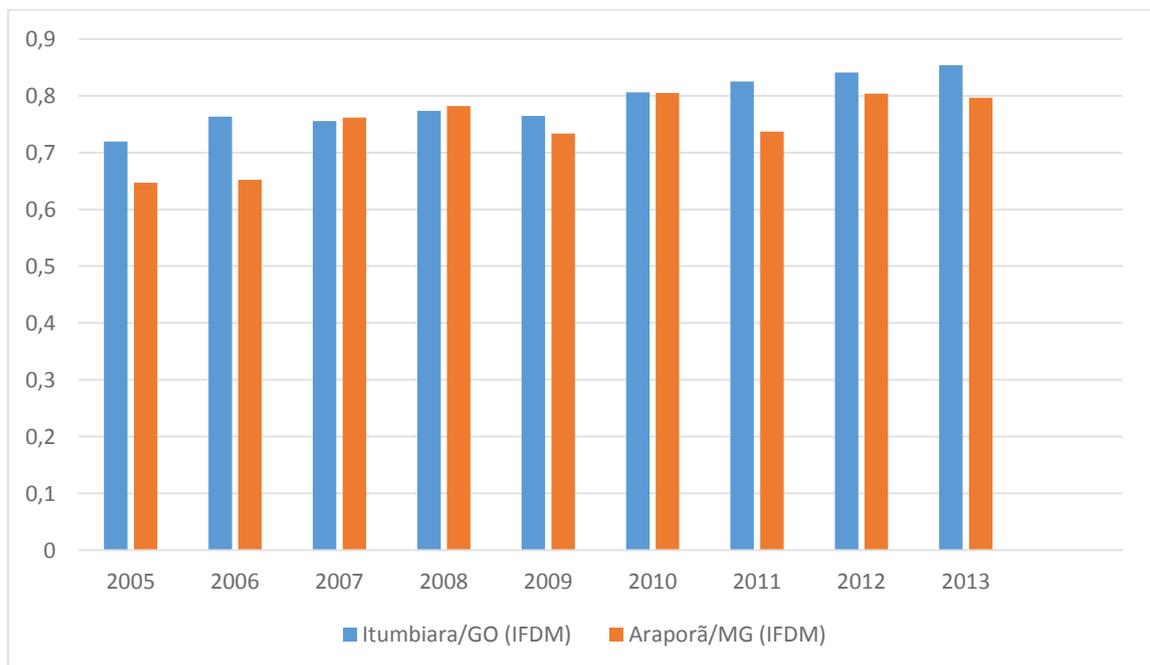
4.9 Dos indicadores de desenvolvimento em Itumbiara/GO e Araporã/MG

A base de dados do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) utiliza a seguinte metodologia para acompanhar as três principais áreas de desenvolvimento: Educação, Saúde, Emprego e Renda. Esta base de dados possui informações com periodicidade anual, recorte municipal e cobertura nacional dos 5.565 municípios brasileiros; e utiliza-se exclusivamente de estatísticas públicas oficiais para permitir comparações absolutas e relativas, identificando se a melhora ocorrida em determinado município decorreu da adoção de políticas específicas ou apenas da queda ou ascensão dos demais municípios no ranking. Possui fácil

leitura, o índice varia de 0 a 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da cidade.

Itumbiara é a zona de atração de Araporã passamos a realizar uma análise gráfica dos dois municípios:

Gráfico 6 – Comparativo do (IFDM) entre Itumbiara/GO e Araporã/MG



Fonte: Adaptado. FIRJAN (2013)

A variação nos índices se justifica pela instabilidade ocorrida nas prefeituras locais em razão de brigas políticas. Verifica-se que Araporã fica abaixo dos índices de Itumbiara/GO, por esta ser a zona de atração, bem como a maioria das infraestruturas construídas por Furnas estão inseridas no território goiano.

4.10 Dos bens de Furnas doados a prefeitura de Itumbiara/GO e Araporã/MG

A grande maioria dos bens doados pela UHI a prefeitura de Itumbiara/GO e Araporã/MG estão ociosos e depredados, sendo apenas alguns reformados e aproveitados.

Inicialmente o hotel da Vila de Itumbiara/GO foi doado para prefeitura de Itumbiara em 2000, (FURNAS, 2000) sendo somente reformado e aproveitado em 2014, demonstrando assim, a morosidade e a burocracia das licitações no âmbito municipal, o mesmo aconteceu com o Aeroporto de Itumbiara/GO, que foi doado em 2003, mas até hoje não foi devidamente reaproveitado, conforme verifica-se das figuras a seguir:

Figura 26 – Antigo Hotel de Itumbiara/GO atualmente sede da prefeitura Municipal



Fonte: NOGUEIRA (2016)

Figura 27 – Aeroporto de Itumbiara/GO



Fonte: NOGUEIRA (2016)

A estação de tratamento de água também foi doada para os municípios de Itumbiara/GO e Araporã/MG em 2000, que posteriormente foi transferido para a SANEAGO, mas até hoje não passou por um processo de reforma.

4.11 Os objetivos desenvolvimentista do PND I e II foram atingidos?

É importante ressaltar com a construção da UHI foram atingidas as metas do PND I e II com relação a produção de energia elétrica. A intervenção estatal no desenvolvimento da indústria de energia foi de suma importância para o desenvolvimento da economia brasileira, que registrou uma das mais elevadas, no mundo, de crescimento do PIB, média de 7,5% ao ano no período de 1947/1980, conforme dados do IBGE. Mas a taxa de crescimento passou por uma estagnação na década de 80.

Neste contexto podemos afirmar com relação ao setor energético as metas do PND I e II foram atingidas que representou uma taxa de crescimento expressivo tanto internamente como pela perspectiva internacional. Apesar de outras

áreas ficarem esquecidas tais como alimentação e saúde em uma análise geral o desenvolvimentismo nacional tem um saldo positivo.

A partir desse diagnóstico concluiu-se que o Estado tinha a responsabilidade direta na produção de energia que refletia na economia do País, e tais transformações trouxeram o desenvolvimento regional. Com esta expansão possibilitou o “Milagre Brasileiro”, conforme (SANTOS, 2006).

Tabela 11 – Evolução do PIB brasileiro entre 1940/1980

Ano	População	PIB em reais de 1999 (R\$ milhões)
1940	41.038.735	44.010
1950	51.941.767	78.040
1960	69.716.943	159.103
1970	92.716.114	289.536
1980	118.562.549	662.332

Fonte: (IBGE,2016)

Assim, com a ideia desenvolvimentista foi implantado um perfil da oferta de energia no Brasil, cuja evolução mostra uma forte alteração de estrutura de desenvolvimento regional brasileiro, principalmente em Itumbiara e Araporã.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste presente trabalho consistiu em analisar os impactos da construção da barragem e da Usina Hidrelétrica de Itumbiara/GO (UHI), realizada de 1974 a 1980, para os municípios de Itumbiara/GO e Araporã/MG, considerando como parâmetro a contribuição da UHI para a qualidade de vida e o desenvolvimento social, bem como o impacto ambiental na região.

Ao finalizar este trabalho percebe-se que para se ter o valor de crescimento e desenvolvimento diversos critérios são levados em consideração, pois para ter uma sociedade evoluída os dois institutos devem estar presentes. A fundamentação teórica desta pesquisa identificou os conceitos sobre a temática do crescimento e desenvolvimento buscando demonstrar os diversos entendimentos que os pesquisadores possuem sobre o assunto.

O presente estudo verificou-se abordagens conceituais sobre desenvolvimento, o qual é um fenômeno complexo que ainda não tem uma definição esclarecedora e conclusiva sobre o seu significado. Entretanto, tem uma função social importante que é gerar o bem-estar da humanidade.

Por esta razão, pode se dizer o conceito de desenvolvimento é amplo, e não poderá ser definido de maneira única e que essa agrade a todos, pois sua estrutura se fundamenta em um construto social com forte conteúdo ideológico e político, cujos valores e crenças são relativos a um determinado tempo e lugar, neste caso insere a construção da UHI.

No entanto, é relevante considerar que quando mencionamos desenvolvimento também, estamos ao mesmo tempo, levando em consideração crescimento, bem-estar, sustentabilidade, bem como subdesenvolvimento, carências, privações e desequilíbrios, ou ainda, de mudança, modernidade, podendo assim ter vários campos a serem discutidos, ou seja, multidimensional.

Procurou explanar sobre a metodologia utilizada por duas bases de dados que foram: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), que consideram variáveis para se mensurar os indicadores que definem se a região obteve crescimento, desenvolvimento ou ambos.

No espaço urbano, das cidades de Itumbiara e Araporã reflete elementos do impacto da construção da UHI que vão desde sua função na rede urbana, até as diversidades de práticas que se faz no seu território. Esses traços estão relacionados à produção do espaço urbano, que se fundamenta num conjunto de ordem econômica, política e cultura da região.

Por conseguinte, levar a cabo transformações que reforçam a importância do sistema de saúde com a instituição central social capaz de criar oportunidades diferenciais na estrutura e na prestação de bens e serviços, requer uma abordagem sistemática da UHI.

Trata-se do direito social como uma obrigação incumbida à comunidade e o Estado, as pessoas físicas e jurídicas, levando-se em consideração que os direitos e deveres postos à disposição de todos se encontram na legislação vigente de forma a assegurar à sociedade meio eficaz de proteção.

Tal processo de desenvolvimento exige uma ação participativa de setores públicos, privados e da sociedade que não serão meros expectadores, mas elementos necessários para o desenvolvimento da cidade de Itumbiara/GO e Araporã/MG.

Portanto a UHI assumiu um papel integrador no ambiente urbano local fomentando o desenvolvimento e a qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

ABREU, Yolanda Vieira de; AZEVEDO, Marcelo Romão Manhães de. **Racionamento de energia elétrica de 2001: o estado do Tocantins**. Málaga-Espanha: Eumed.Net, 2009. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=renQsOStLsgC&pg=PA49&dq=governo+juscelino+kubitschek+energia&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjx3dSg4q_PAhWMjJAKHdncDV4Q6AEINTAC#v=onepage&q=governo%20juscelino%20kubitschek%20energia&f=false. Acesso em: 30 set.2016.

AGÊNCIA GOIANA DE TURISMO – GOIÁS TURISMO. **Plano Estadual de Turismo**. Goiânia: 2008.

AKKAYA, C. **Dams and their environmental impacts. Benefits and concerns about dams and case studies**, 67th annual meeting of ICOLD in Antalya, Turkey, ICOLD, pp13–22, 1999.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. **A Política Social no Governo Lula**. Novos Estudos Cebrap, nº 70, 2004, p. 7-17.

AMARAL FILHO, Jair do. **A Endogeneização no Desenvolvimento Econômico Regional e Local**. Revista Planejamento e Políticas Públicas, n. 23, jun/2001, IPEA, p. 261-286. Acesso em: 28 de julho de 2015. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/78/89>>

ANSARAH, Marília Gomes dos Reis. **Turismo e segmentação de mercado: novos segmentos**. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005.

BARBIERI, J. C. **Organizações inovadoras sustentáveis**. In: BARBIERI, J. C; SIMANTOB, M. **Organizações inovadoras sustentáveis: uma reflexão sobre o futuro das organizações**. São Paulo: Atlas, 2007.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARRETTO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas: Papirus, 1995.

BORGES, Lília Maria. **Furnas e as desapropriações a serviço do progresso: memórias do povoado de São José da Barra**. (Monografia Curso História) /UNESP.Franca: 2001.

BOSI, E. **Cultura e desenraizamento**. Em BOSI, Alfredo, org. **Cultura brasileira: temas e situações**. São Paulo: Ática, 1987, cap.2, pp. 16-41.

BOUDEVILLE, J. **Los espacios economicos**. Buenos Aires: EUDEBA, 1969.

CARLS, Suelen; LOCATELLI, Liliana; PIMENTEL, Luiz Otávio. **Signos Distintivos e Potenciais Benefícios ao Desenvolvimento Territorial**. In: DALLABRIDA, Valdir Roque (Org). *Indicação Geográfica e Desenvolvimento Territorial: reflexões sobre o tema e potencialidades no Estado de Santa Catarina*. São Paulo: LiberArs, 2015.

CANO, Wilson. **Novas Determinações sobre as Questões Regional e Urbana após 1980**. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, nov/2011, Vol. 13, n. 2, p. 27-53.

CAVALCANTI, João Barbalho Uchôa. **Constituição Federal Brasileira: Comentários**. Brasília: Senado Federal, 1992.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; DA SILVA, R. **Metodologia científica**. 6.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CESP - COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO. **Ilha Solteira: a cidade e a usina**. São Paulo, 1988 (Fascículos da História da Energia Elétrica em São Paulo, v. 2).

CHRISTÄLLER, Walter. **Central Places in Southern Germany**. Enklewood Cliffs: Prentice-Hall, 1966. Tradução do original em alemão, publicado em 1933.

CORREIA, Telma de B. **De vila operária a cidade-companhia: As aglomerações Criadas por Empresas no Vocabulário Especializado e Vernacular**. In: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. Ano 3 - nº 4, 2001 ANPUR.

DE MASI, Domenico. **O ócio criativo; entrevista à Maria Serena Polieri**. Trad. Léa Manzi. Rio Janeiro: Sextante, 2000.

DE MASI, Domenico. **Desenvolvimento sem trabalhar**. Trad. Eugênia Deheinzelin. São Paulo. Editora Estera, 1999.

DERANI, Cristiane. **Direito Ambiental Econômico**. São Paulo: Saraiva, 2008.

DINIZ, C. C.; GONÇALVES, E. **Econômica do conhecimento e desenvolvimento regional no Brasil**. In: DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. (Org.). *Economia e território*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

DUMAZEDIER, J. **A revolução do tempo livre**. Trad. de Luiz Octávio Lima Camargo e Marília Ansarah. São Paulo: Sesc/Nobel, 1994.

DUMAZEDIER, Jofre. **Lazer e cultura popular - Debates**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

FERNANDES, Edésio. **Direito Urbanístico e Política Urbana no Brasil**. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

FRIEDMANN, John. **Política e planejamento do desenvolvimento regional**. Revista de Administração Municipal. Rio de Janeiro, a.XV, n. 90, p. 485-496, set-out. 1968.

FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade**. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

FURNAS CENTRAL ELÉTRICA. **Arquivo Histórico**. Itumbiara: 2016.

FURTADO, Celso. **Introdução ao Desenvolvimento**: enfoque histórico-estrutural. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GAELZER, Lenea. **Lazer: Benção ou maldição?**. Porto Alegre: Sulina, 1976.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Teresa Martins & OESTREICH, Helena Maria. **Curso de Princípios Básicos para a Supervisão de Projetos de Aproveitamentos Hidrelétricos**. 5º Vol. Superintendência de Engenharia de Geração de Energia. Furnas - Centrais Elétricas S.A. (Documento interno), Rio de Janeiro, 1985.

GUERRA, Maria Eliza Alves. **Grandes Projetos Hidrelétricos e a Dinâmica Territorial**: um estudo das “vilas operadoras” de Furnas. Revista Caminhos de Geografia, vol. 12, n. 37, mar/2011, Uberlândia-MG, p. 310-324.

HUZINGA, John. **Homo Ludens: jogo como elemento da cultura**. São Paulo: Perspectiva, 1980.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em:< <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em 17 mai. 2015.

ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL (IFDM). Disponível em: < <http://www.firjan.org.br/ifdm/>>. Acesso em 17 mai. 2015.

JUNG, C. F. **Metodologia para pesquisa & desenvolvimento**: aplicada a novas tecnologias, produtos e processos. Rio de Janeiro: Axcel Books do Brasil Editora, 2004.

JANNUZZI, P. M. **Considerações sobre o uso, o mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais**. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, vol. 36, n. 1, pp. 51-72, Jan./Fev. 2002.

LEFÈBVRE, H. **La reolución urbana**. Madrid: Alianza, 1983.

LIMA, J. L. **Políticas de governo e desenvolvimento do setor de energia elétrica:** do código de águas à crise dos anos 80 (1934-1984). Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 1995.

LIMA, J. L. **Crise financeira e reforma institucional do setor elétrico:** uma abordagem federativa. In: AFFONSO, R. B. A.; SILVA, P. L. B. Empresas Estatais e federação (Federalismo no Brasil). São Paulo: FUNDAP, 1996.

LIMA, J. L. **Estado e energia elétrica no Brasil:** o setor elétrico no Brasil, das origens à criação da Eletrobrás (1890-1962). São Paulo: IPE/USP, 1984.

LIMA, Neusa. **Do desenvolvimento à participação popular – um estudo sobre a experiência dos Centros de Apoio Comunitário em Belo Horizonte:** uma história de desenvolvimento de capital social. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. Dissertação de Mestrado, 2007.

LEME, Maria Cristina da S. (coord.). **Urbanismo no Brasil 1895-1965.** São Paulo: Editora Studio Nobel, 1999.

LOPES, Diva Maria Ferlin. **Cidades:** Conceitos, Processos e História. Revista Bahia Análise & Dados, Salvador, v. 19, n. 2, jul/set 2009, p. 395-412.

MALUF, Renato Sérgio Jamil. **Atribuindo Sentido(s) à Noção de Desenvolvimento Econômico.** Revista Estudos Sociedade e Agricultura (eletrônica), 15, outubro/2000, Rio de Janeiro-RJ, p. 53-86. Acesso em: 28 de julho de 2015. Disponível em: <http://r1.ufrrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/177/173>

MARCELINO, Nelson Carvalho. **Lazer e Educação.** 2. ed. Campinas: Papirus, 1990.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do lazer:** Uma introdução. 3. ed., Campinas: Autores Associados, 2002.

MARCUSE, Herbet. **La agresividad em la sociedad industriaç avanzada.** IN: NETO, Amarilio F. (org.). Pesquisa histórica na Educação Física. Vitória: UFES, 1997.

MATOS, Ralfo. **Migração e Urbanização no Brasil.** Revista Geografias. número 08(1), jan/jun de 2012, p. 07-23

MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente:** a gestão ambiental em foco. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MOTA, Maria Kaliane Freitas; BARBOSA, Renato Samuel; FILGUEIRA, João Maria. **Desenvolvimento Regional Baseado na Educação:** uma análise insumo-produto no estado do Rio Grande do Norte - Brasil. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional (eletrônica), vol. 11, n. 1, jan-abr/2015, Taubaté-SP, p. 206-223. Acesso em: 28 de julho de 2015. Disponível em: <<http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/1615>>

MURDOCK, George Peter. **Como a cultura se modifica**. In: SHAPIRO, Harry L. (Org.). **Homem, Cultura e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1966. p. 294.

OLIVEIRA, F. d. **Acumulação monopolista, contradições urbanas, e a nova qualidade do conflito de classes**. In: MOISÉS, J. Á. (Ed.). **Contradições urbanas e movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PAGNI, Pedro Ângelo. **A prescrição dos exercícios físicos Brasil (1850-1920): cuidados com o corpo, educação física e formação moral**. IN: NETO, Amarílio F. (org.). **Pesquisa histórica na Educação Física**. Vitória: UFES, 1997.

PALEN, J. John. **O Mundo Urbano**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1975.

PASSOS, C. R.; NOGAMI, O. **Princípios de Economia**, 5 ed. São Paulo: Ática 2011.

PERROUX, François. **Economia regional**. Textos escolhidos. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977

PIQUET, Rosélia. **Cidade-empresa: presença na paisagem urbana brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

PINTO, G. S. **Relações entre família, trabalho e lazer: o caso dos professores da Universidade Federal de Viçosa**. Viçosa: Dissertação Mestrado em Economia Doméstica, 2008.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013: perfil do município de Itumbiara, GO**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br//>>. Acesso em: 02 jan. 2016.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna**. Trad. Luiz Alberto Monjardim. Rio Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996

RATTNER, H. **Prioridade: construir o capital social**. Disponível em <www.abdl.org.br/rattner/inicio/htm> Acesso em 02 de jan. 2016.

REQUIXA, Renato. **Sugestões de diretrizes para uma política nacional de lazer**. São Paulo: Sesc, 1980.

Ricardo Maranhão. **O governo Juscelino Kubitschek**. 6ª edição, São Paulo, Brasiliense, 1994

SANTOS, Ademir Pereira dos. **Arquitetura Industrial**. São José dos Campos: Takano, 2006.

SANTOS, Dannielle Almeida dos; MARTA, José Manuel Carvalho. **A Lei Kandir e o Desenvolvimento de Mato Grosso: análise do período de 1990-2009**. Revista Brasileira de Gesta e Desenvolvimento Regional (eletrônica), vol. 10, n. 1, jan-

abr/2014, Taubaté-SP, p. 206 - 228. Acesso em 28 de julho de 2015. Disponível em: <http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/1217/0>

SANTOS, M. J. & CARNIELLO, M. F. **Por uma história do desenvolvimento**. Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional. v. 7, n. 3, p. 279-295, set-dez/2011, Taubaté, SP, Brasil. Disponível em: < v. 7, n. 3, p. 279-295, set-dez/2011, Taubaté, SP, Brasil > Acesso em: 14 mai. 2015.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo, Editora Hucitec, 1993

SAMUEL, Nicole. **Leisure and development**: na indroduction. In: World Leisure e Recreation Journal. Warszawa, Polônia, v. 33, n. 4, p. 4, 1991.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia da Letras, 2000.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. São Paulo, Edusp, 1997.

SILVA, Bruno Gonçalves. **Evolução do setor elétrico brasileiro no contexto econômico nacional**: Uma análise histórica e econométrica de longo prazo. São Paulo: FUNDAP, 2011.

SILVA, José Afonso. **Direito urbanístico brasileiro**. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

SOUZA, Maria Adelia Aparecida de. O novo Brasil urbano: Integração ou fragmentação? In: GONÇALVES, Maria Flora. **O novo Brasil urbano: impasses, dilemas, perspectivas**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995. p. 65-71.

SPIRDUSO, W. W. **Dimensões físicas do envelhecimento**. Barueri: Manole, 2005.

SCHUMPETER, Joseph. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

ZINGONI, Patrícia. **Lazer, cidadania e qualidade de vida**. Belo Horizonte: Editora da UFMG/CELAR-DEF, 2000.

TAVARES, Maria da Conceição. **Desenvolvimento e Igualdade**: homenagem aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares. Rio de Janeiro: IPEA, 2010.

TSUKUMO, Nina Maria Jamra. **Arquitetura de Usinas Hidrelétricas**: a experiência da CESP. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). FAUUSP, São Paulo, 1989.

VICENTINI, Yara. **Cidade e História na Amazônia**. (Tese), FAUSP. São Paulo, 1994.

VIEIRA NETO, José. **O Fenômeno da Urbanização no Brasil e a Violência nas Cidades**. Revista Espaço em Revista (eletrônica), vol. 13, nº 2, jul/dez, 2011, p. 125 – 149. Acesso em 04 de agosto de 2015. Disponível em: <<http://revistas.jatai.ufg.br/index.php/espaco/article/view/16888/10339>>